

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANÁLISE DO DESEMPREGO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO APÓS A  
GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA**

Monografia submetida ao departamento de Ciências Econômicas para a obtenção de  
carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia

Por: Valdemir Vargas Junior

Orientador: Ricardo Araújo de Oliveira

Área de pesquisa: Economia do Setor Bancário

Palavras Chave: Setor bancário  
Tecnologia  
Desemprego  
Globalização Financeira


Florianópolis, fevereiro de 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ANÁLISE DO DESEMPREGO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO APÓS A  
GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,0 ao aluno Valdemir Vargas Junior, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

  
Prof. Ricardo Araújo de Oliveira, Ms.  
(Orientador)

Prof. \_\_\_\_\_

Membro

Prof.  \_\_\_\_\_

Membro

### **AGRADECIMENTOS,**

*A Universidade Federal de Santa Catarina por proporcionar o acesso a essa fascinante experiência, ao professor orientador Ricardo Araújo de Oliveira por sua dedicação e sabedoria, ao meu amigo e economista Sergio Cardoso da Costa pelo seu incansável estímulo, e finalmente a minha esposa Gisele e meus familiares, que em nenhum momento deixaram que as turbulências do cotidiano interferissem no objetivo final.*

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	vi
 CAPÍTULO I.....	 01
1. Problemática.....	01
1.1. Introdução.....	01
1.1.2. O Problema.....	01
1.2. Objetivos.....	05
1.2.1. Objetivo Geral.....	05
1.2.2. Objetivos Específicos.....	05
1.3. Metodologia.....	06
1.3.1. Natureza do estudo.....	06
 CAPÍTULO II.....	 08
2. Desemprego Componente Estrutural do Capitalismo.....	08
2.1. Desemprego na Era da Globalização.....	10
2.2. Desemprego Bancário no Brasil.....	14
 CAPÍTULO III.....	 18
3. Setor Bancário .....	18
3.1. Brevíssimo Histórico.....	18
3.2. Evolução do Setor Bancário Brasileiro.....	18
3.2.1. Setor Bancário Brasileiro do Início até a Década de 70.....	18
3.2.2. Evolução do Setor Bancário da Década de 70 até o Plano Real.....	22
3.2.3. O Quadro após o Plano Real .....	23
 CAPÍTULO IV.....	 28
4. Processos que afetam o Emprego Bancário.....	28
4.1. Reestruturação do Setor.....	28
4.2. A Terceirização do Setor Bancário nacional.....	36

4.3. A Internacionalização do Setor Bancário.....	38
4.4. Fusões e Aquisições no Setor Bancário Brasileiro.....	40
4.5. Automação Bancária.....	42
4.6. O Processo de Privatização do Besc.....	48
 CONCLUSÃO.....	 52
 FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	 54
 ANEXO 1.....	 58

**Lista de Tabelas**

TABELA 1: Níveis médios de emprego no setor bancário brasileiro entre 1979 - 1998.....16

TABELA 2: Instituições bancárias em funcionamento no Brasil (1994/2000).....27

TABELA 3: N° estimado de empregados do setor financeiro no Brasil (1989– 1996).....28

TABELA 4: Número de empregados em bancos públicos entre 1989 e 1997.....29

TABELA 5: N° de empregados em bancos privados selecionados entre 1989 e 1997.. .....30

TABELA 6: Comparação entre o velho e o novo paradigma técnico-produtivo.....33

TABELA 7: Indicadores da automação dos bancos no Brasil, (1994/95).....45

TABELA 8: Estrutura de atendimento eletrônico no Brasil, 1996.....46

TABELA 9: “Mix” de pagamentos por país – Bancos de varejo, 1994.....47

**Lista de Figuras**

Figura 1: Evolução da inadimplência no setor bancário .....25

## RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de Ciências Econômicas tem por objeto de estudo a evolução do desemprego bancário brasileiro, enfocando aspectos como globalização e inovações tecnológicas. Tem como referência as transformações ocorridas no setor bancário a partir do início da década de 90, mais acentuadamente depois da implantação do Plano Real.

Pretende-se, com este trabalho, dimensionar melhor os efeitos desta reestruturação sobre o desemprego bancário, em parte nas dimensões quantitativas – número de postos de trabalho-, e também no tocante à parte qualitativa – perfil das ocupações.

Preocupado com a situação dos bancários brasileiros, este estudo objetiva identificar as diferentes visões dos autores aqui citados, sobre a relação esclarecida entre globalização, inovação tecnológica e seu impacto no desemprego do setor bancário nacional.

## **CAPÍTULO I**

### **1. PROBLEMÁTICA**

#### **1.1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem por finalidade contribuir para a discussão dos problemas relacionados com o setor bancário brasileiro após a globalização da economia, e seus reflexos no nível de emprego. Para isto, será feito um estudo do sistema financeiro nacional, sua evolução, os impactos que os sucessivos planos econômicos impuseram ao setor e qual foi seu comportamento diante da internacionalização da economia.

Desta forma, busca-se mostrar alguns aspectos do sistema bancário brasileiro, desde sua origem até os dias atuais, dando-se destaque às mudanças ocorridas a partir da década de 90, quando os padrões de organização e concorrência são fortemente ditados pela economia globalizada.

##### **1.1.2. O PROBLEMA**

Apesar de o Brasil apresentar uma economia relativamente estável, o índice de desemprego é muito elevado, agravando-se cada vez mais a condição sócio-econômica do país. Com ênfase no desemprego do setor bancário brasileiro, procura-se, com este trabalho, analisar se a globalização e as inovações tecnológicas influenciam positiva ou negativamente o nível do emprego neste setor.

O desemprego é um componente estrutural da acumulação capitalista que aumenta nos períodos de destruição das forças produtivas, como vem acontecendo com a internacionalização da economia, que tem afetado os países periféricos e os países semiperiféricos, estes últimos numa proporção muito maior do que as economias dos países centrais.



Assim, neste cenário globalizado, Rampinelli (2001)<sup>1</sup> considera que a globalização, agora como ontem, traz no seu âmago um forte conteúdo ideológico, qual seja, a dominação e a exploração do terceiro mundo como mecanismo decisivo na manutenção do status quo dos países industrializados. (...). O colonizador atinge seu grau máximo de dominação e exploração do colonizado quando este passa a pensar conforme aquele. Como resultado dessa situação, os países industrializados já não necessitam mais usar a força militar para reverter possíveis governos nacionalistas nesta parte do mundo. Para Noam Chomsky apud Rampinelli (2001), passarão a fazê-lo através do mecanismo da dívida externa, economizando vidas humanas lá ao preço de muitas aqui.

Devido à história brasileira de não investir suficientemente em infra-estrutura, educação, aperfeiçoamento profissional, tecnologia e outros fatores, não deve causar espanto, portanto, o fato de o país ter uma quantidade baixa de postos de trabalho qualificados.

Entre 1990 e 1998, os postos de trabalho qualificados foram reduzidos em 12,3%, enquanto as ocupações não-qualificadas cresceram 14,2%, segundo informação do Ministério do Trabalho.

Por outro lado, percebe-se que a globalização propõe abertura da economia mundial, possibilitando o deslocamento de empresas entre países, por isto, as reestruturações tornam-se um fator mais difícil de ser solucionado, pois necessitam de modificações na base econômica.

Juntamente com esta situação, encontram-se os ajustes das empresas bancárias, que vêm passando por um processo de enxugamento de mão-de-obra, desde meados dos anos 80.

São vários os fatores que têm contribuído para a redução do número de bancários. Conforme a Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN, em primeiro lugar, está a automação bancária, ~~em segundo~~, o número de equipamentos de auto-atendimento dentro e fora das agências, que passou de 31.400 em 1997 para 97.769 em 1999.

---

<sup>1</sup> In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. A **Trama da Privatização**, A Reestruturação Neoliberal do Estado. Organização Alceu Conceição Ferreira, Valdir Avim. Florianópolis: Insular 2001

Outros elementos importantes na redução de emprego são as novas formas de organização do trabalho, normalmente dispensando o trabalho de controle e supervisão exercido pelas chefias, criando grupos de trabalhos.

A terceirização também representa uma nova forma de organização dos serviços. As empresas transferem parte das tarefas originalmente desenvolvidas por bancários para outras empresas.

Aliado a estes fatores, também tem provocado cortes de emprego o processo de fusões e incorporações, pois a junção de duas ou mais estruturas permite eliminar os segmentos responsáveis por tarefas realizadas em duplicidade pelas instituições.

Outro fator relevante no desemprego do setor bancário são as privatizações dos bancos públicos, promovidas pela política neoliberal do atual governo.

Assim, cabe ressaltar que grande parte do período estudado neste trabalho é marcado por um governo neoliberal, que adota medidas econômicas e sociais para o país conforme as regras estabelecidas pelo “Consenso de Washington”<sup>2</sup>.

Santa Catarina também não passou incólume à questão do desemprego no setor bancário, parte motivada pela globalização e parte pela política do Fundo Monetário Internacional - FMI, promovida pelo governo federal, de extinção dos bancos públicos estaduais.

No caso do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) não é diferente, em face da internacionalização do sistema financeiro mundial e a política neoliberal que o país tem adotado no decorrer da década, em que os rumos dos bancos públicos já estão traçados para que sejam privatizados, com sinalização do governo para uma preferência da entrada do capital estrangeiro. Assim, percebe-se a formação dos grandes conglomerados, que é uma constante intrínseca da globalização, que, por sua vez, não vê barreiras para se impor.

---

<sup>2</sup> Encontro ocorrido em 1989 Washington, com representantes dos diversos países da América Latina, com a finalidade de avaliar os objetivos das reformas econômicas em curso.

De acordo com Minella (2001)<sup>3</sup>, na década de 90, e especialmente a partir do Plano Real, no contexto de um processo de maior abertura e desregulamentação financeira, iniciou-se um novo ciclo de concentração bancária e também de maior abertura à participação de instituições financeiras estrangeiras. Portanto, agora o jogo pela partilha do mercado é mais pesado, pois dele participam também grupos financeiros internacionais e, entre a caça predileta deste novo ciclo, foram incluídos os bancos estaduais.

Sobretudo em relação ao trabalho, o debate atual a respeito da globalização sustenta-se sob fundamentos divergentes quanto à perspectiva do emprego, deixando interpretações contraditórias, que indicam tanto o otimismo quanto o pessimismo.

Corroborando com as citações anteriores, pode-se verificar a crescente consolidação de grandes oligopólios mundiais, por meio de freqüentes fusões de empresas, passando a ter destaque o papel das corporações transnacionais na redefinição da produção e do emprego no mundo.

“O desemprego estrutural moderno é um fenômeno inevitável, (...), pois ele deriva de um conjunto de mudanças permanentes nas economias mundiais, (...), que tende a se acomodar à medida que tais transformações forem se consolidando” (Zebral, 1997: 23).

Diante deste quadro, torna-se importante um estudo que caracterize as diversas faces que se apresenta o desemprego na economia brasileira, dando-se especial ênfase ao Setor Bancário Nacional. Deste modo, questiona-se: seria correto dizer que a globalização e as inovações tecnológicas dela decorrentes influenciam no desemprego do setor bancário brasileiro?

---

<sup>3</sup> In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. **A Trama da Privatização**, A Reestruturação Neoliberal do Estado. Organização Alceu Conceição Ferreira, Valdir Avim. Florianópolis: Insular 2001

## **1.2. OBJETIVOS**

### **1.2.1. OBJETIVO GERAL**

O presente estudo visa apresentar a relação existente entre a globalização, inovações tecnológicas e desemprego no Sistema Financeiro Nacional.

Para se ter uma maior compreensão, será objeto de pesquisa o setor bancário nacional, com destaque para a década de 90, quando a abertura do mercado interno ao capital estrangeiro, promovida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, causou as maiores desproporcionalidades na qualidade e quantidade do emprego bancário.

Assim, busca-se, com este trabalho, apresentar informações teóricas e quantitativas do setor bancário nacional, desde sua criação, em 1808, até os anos finais da década de 90.

### **1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Em termos mais específicos, pretende-se:

- Verificar o processo de reestruturação do Setor Bancário Nacional.
- Analisar as influências da globalização e das inovações tecnológicas sobre o desemprego no Setor Bancário Brasileiro.
- Identificar os períodos e as características mais relevantes do desemprego bancário.

## **1.3 METODOLOGIA**

### **1.3.1 NATUREZA DO ESTUDO**

O estudo proposto está inserido na macroeconomia, mais precisamente na economia do emprego.

Desta forma, para um melhor entendimento dos temas abordados neste trabalho, utilizar-se-ão critérios metodológicos a fim de apresentar uma seqüência, em que o leitor tenha a facilidade de compreensão à medida que os capítulos sejam lidos.

A intenção pelo estudo de uma variável macroeconômica de grande impacto nas relações sociais surge da necessidade da compreensão dos principais fatores que geram o desemprego. Neste caso, o estudo se dará no setor bancário nacional.

“De um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina. Tem como base a escolha de uma unidade ou elemento social, sob duas circunstâncias: 1) ser suficientemente representativo de um modo cujas características se analisam; 2) ser capaz de reunir os elementos constitutivos de um sistema social ou de refletir as incidências e fenômenos de caráter automaticamente coletivo”.(Lakatos e Marconi, 1992: 151).

Este trabalho terá uma natureza qualitativa, com a caracterização do estudo direcionado aos dados descritivos e explicativos. Porém, o conteúdo, em sua grande maioria, será obtido através da pesquisa empírica, na qual buscar-se-ão visões teóricas a fim de se conseguir formar uma idéia geral e principalmente um possível diagnóstico do desemprego no setor bancário brasileiro.

Para atingir os objetivos deste trabalho, o estudo terá uma análise histórico-econômica dos fatos recentes que caracterizam as transformações do sistema bancário brasileiro. Dentre os quais, dar-se-á mais destaque àqueles que originaram o desemprego.

Para tanto, serão estudados dados qualitativos e quantitativos do desemprego no setor bancário brasileiro decorrente da nova divisão internacional do trabalho, que afeta diretamente a forma de produzir do trabalhador, exigindo cada vez mais qualificação com menor número de trabalhadores.

O estudo apresentado utilizará, em sua quase totalidade, a pesquisa em bibliografias específicas e bibliografias auxiliares, tais como: monografias, dissertações, teses, livros teóricos, informativos econômicos, artigos de revistas, jornais e estudos do DIEESE.

## CAPÍTULO II

### 2. DESEMPREGO COMPONENTE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

A crise do emprego é, sem dúvida, parte da agenda mundial. O assunto dominou as discussões da Conferência do Emprego, realizada no início de abril, na França, pelo grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo. No entanto, não resultaram desse encontro deliberações efetivas para tratar do problema.

Assim, para dar uma visão especializada sobre o desemprego, será apresentada a visão de alguns teóricos, que contribuíram para a formação das teorias econômicas.

Segundo Keynes (1985), para que uma economia seja dinâmica, o Estado, responsável pelas políticas econômicas, deve utilizar-se de instrumentos que permitam manter a taxa de juros abaixo do mark-up<sup>4</sup> ou abaixo da expectativa de lucro das empresas, para que sejam viáveis os investimentos. Conforme o autor, a economia não atinge o equilíbrio automaticamente, como defendiam os marginalistas<sup>5</sup>. Disso deriva que Keynes provocasse adoração de uns e severas críticas de outros, haja vista, seus postulados não conseguirem equilibrar a economia em todos os seus aspectos.

Já os marginalistas, representados sobretudo por Karl Menger, Willian Jevons e Léon Walras, afirmavam que uma economia encontra seu equilíbrio de mercado onde toda oferta gera sua demanda, numa situação em que todas as pessoas que quisessem trabalhar por uma remuneração correspondente à sua capacidade poderiam fazê-lo. Então, para os marginalistas, o desemprego era apenas um desequilíbrio da economia, que poderia ser corrigido com facilidade.

Ao contrário dos marginalistas, Keynes (1985) declarava que o nível de emprego depende da demanda efetiva, ou seja, da proporção da renda que é gasta em consumo e investimento. Nesse caso, o desemprego resultaria de uma insuficiência na demanda e poderia ser resolvido através de investimentos.

---

<sup>4</sup> Termo em inglês que significa a diferença entre o custo total da produção e seu preço de venda ao consumidor final. Ver Sandroni (2001: 368)

<sup>5</sup> Escola e teoria econômica surgida em 1870, que pregava a livre formação de preços decorrente da lei da oferta e da procura.

Ainda de acordo com Keynes (1985), a retenção da renda pode gerar uma diminuição do consumo, pois reduz o volume de moeda em circulação e isso provoca recessão, causando desemprego. Por outro lado, a economia pode encontrar equilíbrio com altas taxas de desemprego, porém, é aconselhável ao governo intervir sob a forma de investimento para que gere demanda e, conseqüentemente empregos.

Teoria geral do emprego segundo Keynes é, em sua essência:

- A renda agregada depende do volume de emprego;
- O emprego depende da renda agregada, derivada do nível de emprego, mais precisamente da parcela dessa renda destinada ao consumo;
- O emprego depende da expectativa dos empresários quanto à parcela da renda agregada que será gasta em consumo e em investimentos. Daí deriva a oferta agregada. Então o nível de emprego depende da oferta agregada, combinada com a demanda agregada e investimento.

O desemprego é um problema que abala as economias dos países centrais e periféricos. Quando este é elevado, presume-se que os recursos produtivos não são aproveitados e o rendimento das pessoas fica cada vez menos realizado.

Desta forma, na visão de Marx apud Silva (1999), a dificuldade do trabalhador em vender sua força de trabalho ocasiona desintegração social, com impactos em sua auto-estima, na vida familiar, em sua saúde mental e nas suas relações pessoais e sociais, pois fica destruída a premissa básica da existência humana, ou seja, que os homens devem estar em condições de fazer história, e para isso é preciso acesso aos bens mínimos como comida, habitação e roupas.

Portanto, pode-se dizer que o desemprego é um desperdício de recursos humanos que poderiam estar sendo aproveitados para produzir bens e serviços, um valor, um incremento na renda nacional. Não existem políticas macro-econômicas que resolvam o problema do desemprego no curto prazo. Na macroeconomia, o desemprego se apresenta de diversas formas, sendo as mais tradicionais:



- Desemprego estrutural, característico dos países subdesenvolvidos, ligado às particularidades intrínsecas de cada economia, mas que hoje já atinge os países centrais em menor escala, mas com índices preocupantes.
- Desemprego tecnológico, pode-se dizer que este atinge principalmente os países mais adiantados e os setores mais dinâmicos das economias em desenvolvimento. Resulta da substituição do homem pela máquina e é representado pela maior procura de técnicos e especialistas e pela queda, em maior proporção, da procura dos trabalhos meramente braçais.
- Desemprego conjuntural, também chamado desemprego cíclico, característico nas grandes recessões, ligado a uma fase de queda do ciclo econômico.
- Desemprego friccional, motivado pela mudança de emprego ou atividade dos indivíduos. É o tipo de desemprego de menor significação econômica.
- Desemprego temporário, forma de subemprego comum nas regiões agrícolas, motivado pelo caráter sazonal do trabalho em certos setores agrícolas.

## **2.1. DESEMPREGO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO**

Com a crise do capitalismo expressa nas baixas taxas de crescimento econômico dos últimos anos, constata-se uma crise no emprego. Com isto, o desemprego torna-se um dos principais assuntos na pauta das políticas econômicas dos países e das organizações não governamentais.

Segundo Jinkings (2001)<sup>6</sup>, o Brasil como outros países da América Latina encontram-se subordinadamente nos movimentos mundiais do capitalismo, sujeito aos dinamismos das economias hegemônicas e dos mercados de capitais. A política econômica e financeira desenvolve programas de abertura comercial, desregulamentação e privatização que aumentam a vulnerabilidade externa do país, precarizam o trabalho e agravam os níveis de pobreza. (...) Ao mesmo tempo, de modo similar ao que ocorre em nível mundial desde os anos 80, esse processo dificulta e enfraquece a capacidade de organização política e sindical da classe trabalhadora, tolhida pelos altos índices de desemprego e de subemprego e pelas estratégias anti-sindicais dos governos neoliberais.

Já sobre globalização, Rampinelli (2001)<sup>7</sup> argumenta que esta traz no seu conteúdo os velhos métodos das práticas imperialistas<sup>8</sup>, transforma-se em ideologia da classe dominante. Desde 1492, quando se iniciou o primeiro processo de globalização da América Latina – sua entrada na modernidade –, é apresentada uma saída para a superação do subdesenvolvimento do continente. No entanto, já se passaram mais de 500 anos e esta vasta região tem feito o caminho inverso.

No que se refere ao emprego, Pochmann (2001) considera que cada nação possui um contingente de pessoas em condições de participar das atividades de produção social conhecido por População Economicamente Ativa (PEA). Embora a PEA seja expressão do potencial de produção social, apenas uma parte dela, geralmente a maior, termina sendo envolvida diretamente pelas atividades de produção social, em conformidade com as necessidades e exigências do processo de acumulação do capital.

Ainda conforme Pochmann (2001), no final do século XX, quando a globalização das economias ganha maior impulso e são constituídas novas formas de produção, cresce a quantidade de mão-de-obra ociosa, normalmente relacionada ao circuito da pobreza e da exclusão social. Por isso, enfatiza-se o fenômeno do desemprego aberto<sup>9</sup> na economia global.

---

<sup>6</sup> In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. A **Trama da Privatização**, A Reestruturação Neoliberal do Estado. Organização Alceu Conceição Ferreira, Valdir Avim. Florianópolis: Insular 2001

<sup>7</sup> In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. A **Trama da Privatização**, A Reestruturação Neoliberal do Estado. Organização Alceu Conceição Ferreira, Valdir Avim. Florianópolis: Insular 2001

<sup>8</sup> Política de dominação territorial e / ou econômica de uma nação sobre outras. Ver Sandroni (2001: 290 e 291).

<sup>9</sup> Trabalhadores que procuram ativamente por uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente e sem desenvolver qualquer atividade laboral. (Pochmann, 2001, p. 78)

Nos dias atuais, percebe-se um movimento conjunto das sociedades formando Ongs<sup>10</sup>, na tentativa de buscar uma solução para o problema que ameaçar a estabilidade econômica não só dos países subdesenvolvidos, como também dos desenvolvidos. Basta observar os fóruns econômicos e sociais sendo formados por toda parte do mundo, tendo como assunto de destaque o desemprego.

Neste cenário de um mundo globalizado, Pochmann (2001) relata que, ao contrário da propaganda oficial, nota-se que a globalização não vem produzindo um mundo mais homogêneo, com melhor repartição de riqueza, produção, trabalho e poder. Nas duas últimas décadas do século XX, tem ocorrido um reforço considerável no movimento mais geral de concentração da pobreza, do desemprego e dos postos de trabalho mais simples e mal remunerados nos países pobres<sup>11</sup>.

Já para Zebral (1997), a globalização é uma etapa superior do mercado mundial e do imperialismo sob a predominância do capital financeiro, que tende a promover um deslocamento qualitativo no movimento de conjunto da economia e da reprodução sistêmica do capitalismo mundial.

Quanto ao desemprego, deve-se também salientar as transformações advindas com a divisão internacional do trabalho. De acordo com Pochmann (2001), a nova divisão internacional do trabalho, apesar de encontrar-se subordinada ao desenvolvimento das atividades produtivas, a capacidade de absorver uma maior ou menor quantidade de trabalhadores não depende exclusivamente do grau de expansão de cada país, mas do padrão de desenvolvimento nacional e de sua forma de inserção na economia mundial.

Já para Santos (1994), a nova divisão internacional do trabalho baseia-se na concentração da atividade econômica dos ICs<sup>12</sup> (*industrial countries*) em setores novos gerados pela revolução técnico-científica e nas atividades relativas ao desenvolvimento

---

<sup>10</sup>Organizações não governamentais.

<sup>11</sup>Pochmann cita autores com uma visão otimista sobre as possibilidades de trabalho na globalização como: Ianni, 1997; Castells, 1996; Masi, 1999; ao contrário de outros com uma visão pessimista, tais como Alban, 1999; Sennett, 1999; e Rifkin, 1995. E em posição intermediária, destacam-se James et alii, 1997; Boissonart, 1998; e Reich, 1992.

<sup>12</sup>Países industrializados.

científico, deixando aos chamados NICs<sup>13</sup> (*new industrial countries*) a responsabilidade pela produção de peças e componentes para os novos setores sob controle de capital dos ICs, de modo a aproveitar vantagens comparativas com mão-de-obra barata e legislação ambiental menos rígida.

Ainda sobre o desemprego, Zebral (1997) destaca os processos decorrentes das transformações tecnológicas, que se referem à automatização das empresas, identificada mais acentuadamente a partir da revolução tecnológica dos anos 70, que libera mão-de-obra, aumentando a taxa de desemprego tecnológico ou estrutural. Verifica-se, também, que a qualidade dos postos de trabalhos existentes está associada ao desenvolvimento tecnológico e às regulamentações impostas pelo mercado de trabalho. Percebe-se que o rumo da nova divisão internacional do trabalho está levando para os países mais ricos os melhores postos de trabalho, ficando para os países periféricos e semiperiféricos quase que somente os subempregos.

“O desemprego estrutural moderno é um fenômeno inevitável, (...), pois ele deriva de um conjunto de mudanças permanentes nas economias mundiais, (...), que tende a se acomodar à medida que tais transformações forem se consolidando” (Zebral, 1997: 23).

Entretanto, Pochmann (2001) refere que a mudança na composição do excedente de mão-de-obra tem ocorrido tanto nas economias avançadas como nas atrasadas. No primeiro grupo de países, o desemprego aberto, as ocupações precárias e sub-remuneradas voltaram a ganhar importância, enquanto no segundo grupo de nações, o desemprego aberto passou a ser mais fortemente representado na geração do excedente de mão-de-obra.

No caso brasileiro, as razões do desemprego são mais complexas e suas formas de manifestação também. Neste sentido, é importante detalhar o atual fenômeno de desemprego que afeta a economia do país. Há, basicamente, dois tipos de desemprego ocorrendo ao mesmo tempo e, muitas vezes, interligados: o desemprego conjuntural, provocado pela gestão da política econômica; e o estrutural (tecnológico), resultante dos processos de introdução de novas tecnologias, de técnicas organizacionais e de racionalização do processo produtivo, concebidos mais precisamente a partir dos planos de estabilização econômica e do advento da globalização.

---

<sup>13</sup> Países recentemente industrializados.

Dentre uma série de fatores do desemprego brasileiro, destacam-se os decorrentes do processo de desconcentração espacial das indústrias e das transformações tecnológicas.

Zebral (1997) menciona que a desconcentração espacial refere-se à transferência de atividades industriais do Brasil para outras partes do mundo, onde os custos de produção são menores, incluindo-se os da mão-de-obra. As transformações tecnológicas referem-se à tendência de automatização industrial, identificada a partir da Revolução tecnológica dos anos 70. Neste sentido, as inovações tecnológicas e as mudanças organizacionais poderiam contribuir para a formação de um novo trabalhador, com habilidades para lidar com as transformações no ambiente de trabalho. Por isto, verifica-se um crescente aumento no emprego qualificado nos países centrais e uma grande redução neste tipo de serviço (qualificado) no Brasil e nos outros países semiperiféricos.

Neste cenário, o papel do Estado torna-se fundamental para regular o mercado de trabalho diante da liberalização comercial e da desregulamentação financeira impostas pela grande mobilidade do capital.

## **2.2. DESEMPREGO BANCÁRIO NO BRASIL**

Neste item, será abordado o desemprego dos funcionários em bancos a partir da década de 80, período considerado por muitos dos autores aqui estudados como o início da redução da categoria. Assim, pode-se dizer que as empresas bancárias vêm passando por um processo de ajuste desde meados dos anos 80. No início, o principal determinante do ajuste foi a tentativa de compensar os impactos que os sucessivos planos de estabilização exerceram sobre as receitas inflacionárias dos bancos. Após o Plano Real, a reestruturação do setor ganhou novos contornos, com a ocorrência de fusões, incorporações e privatizações de bancos, a busca de associações e parcerias com grupos estrangeiros, a segmentação de mercados.

Segundo Jinkings (1995), no sistema financeiro brasileiro, a problemática do desemprego ficou menos visível que nos outros setores da economia, quando a conjuntura

recessiva e a intensificação da automatização, a partir do final dos anos 70, provocaram quedas generalizadas no nível de emprego. A forte expansão do setor bancário no período encobriu, de certa forma, a manifestação do fenômeno que se poderia chamar 'desemprego indireto': o crescimento do emprego dava-se em níveis mais baixos que os do volume dos serviços desempenhado nos bancos, o que indicaria um aumento da produtividade do trabalho bancário. O desemprego tornou-se objeto maior das preocupações dos bancários durante a vigência do plano de estabilização econômica de 1986 (Plano Cruzado) e a partir de 1990, quando caíram efetivamente os níveis de emprego nos bancos.

Já para Silva (1999), o desemprego bancário é um expediente que tem sido utilizado pelos banqueiros para maximizar a rentabilidade do capital e se adequar às novas regras de acumulação capitalista. No Brasil e em várias partes do mundo, o processo de reestruturação do sistema financeiro, em nível nacional e internacional, vem ocorrendo de forma acelerada e propiciando enorme desemprego.

Um elemento importante na redução de postos de trabalho bancário são as novas formas de organização do trabalho. Ao longo do tempo, vem se aperfeiçoando uma forma de organização no interior das empresas bancárias que modifica as rotinas de trabalho e o conteúdo das funções, geralmente dispensando o trabalho de controle e supervisão exercido pelas chefias intermediárias e criando grupos de trabalho que assumem novas tarefas e se responsabilizam por sua execução.

No caso dos bancos públicos, os processos de liquidação, privatização ou transformação em agência de fomento, incentivados pela criação do Programa Especial de Ajuste dos Bancos Estaduais e Federais (PROES)<sup>14</sup>, vêm promovendo um severo ajuste do quadro de pessoal destas empresas.

Conforme DIEESE (1997b), observando-se a evolução do nível do emprego bancário ao longo dos anos 90, percebe-se que o ritmo dos cortes variou ao longo do tempo. Assim, nos anos que antecedem o Plano Real, é possível destacar pelo menos dois períodos distintos:

---

<sup>14</sup> Programa de incentivo para saneamento dos bancos públicos, editado pela Medida Provisória nº 1.702-26, de 30.06.1998. ver em Rodrigues (1997).

Entre 1990 e 1991, particularmente a partir da implementação do Plano Collor e da queda momentânea da inflação, os bancos eliminaram 124 mil postos de trabalho, o equivalente a 15% do total de empregos no setor. Esse número corresponde, em média, ao corte de mais de cinco mil empregos por mês.

Em 1992 e 1993, a redução de pessoal persistiu, mas em ritmo menor. Foram eliminados, em média, 1.187 postos de trabalho por mês, correspondendo a uma redução de 4% da categoria ao longo do período.

Na tabela a seguir, será exibido o número total de bancários por ano no Brasil, sendo perceptível uma forte redução no número de empregados em estabelecimentos bancários, mais acentuadamente a partir da década de 90, quando os impactos de alguns dos planos econômicos já se faziam presentes e as mudanças advindas da nova economia globalizada já demonstravam seus impactos nas economias subdesenvolvidas.

TABELA 1: Níveis médios de emprego no setor bancário brasileiro entre 1979/98.

Ano	Postos de Trabalho Ocupados
1979	372.717
1983	629.398
1985	978.000
1986	868.000
1989	903.000
1990	825.000
1993	679.825
1994	659.291
1998	460.421

Fonte BACEN – Elaboração DIEESE (1999).

Assim, analisando os dados acima, percebe-se que a reestruturação produtiva pela qual passou o setor bancário brasileiro se acentuou a partir do começo dos anos 90. Ocorreu em função dos novos padrões de competitividade internacional impostos ao mercado interno, que obrigaram ao país um conjunto de mudanças econômicas.

Ainda na tabela anterior, verifica-se que, com o Plano Real de 1994, os cortes voltaram a se intensificar e cerca de 34 mil empregos foram eliminados naquele ano (-5%). Nos dois anos seguintes, o ritmo das demissões cresceu, chegando, em média, ao corte de

5.300 empregos por mês. Neste período, o número de bancários diminuiu em mais de 20%. Finalmente, as demissões continuaram ao longo de 1997, porém em ritmo menor (-7%). Assim, num período de três anos e meio entre o início do Plano Real e o final de 1997, foram eliminados 183 mil empregos nos bancos (28%). DIEESE (1999)

O setor bancário brasileiro está mudando e muito. Os sinais da transformação são diversos: novos participantes, regras diferentes, padrões de concorrência mais acirrados, maior diversidade de produtos e serviços, canais de distribuição mais rápidos, padrão de publicidade agressivo. É uma transformação importante, o sistema está se tornando mais dinâmico, aberto e competitivo, que é a dinâmica da globalização.



## **CAPÍTULO III**

### **3. SETOR BANCÁRIO**

#### **3.1. BREVÍSSIMO HISTÓRICO**

As relações de troca e de dinheiro são atividades desenvolvidas desde a Antiguidade. Existem registros bíblicos que descrevem a realização de relações de troca desde os templos da Babilônia, no ano 2000 A.c.

Já na Idade Média, após um período considerado como de estagnação, invasão dos bárbaros, desaparecimento do grande comércio, proibição do empréstimo a juro, a atividade bancária é reavivada no século XI, com o renascimento do comércio, as operações financeiras eram praticadas principalmente pelos judeus.

Na Itália, no século XII, originam-se os bancos comerciais e de investimentos, que se chamavam casas bancárias, de propriedade de famílias que possuíam o capital e o administravam.

Segundo Roussakis (1997), a ascensão da atividade bancária dá-se, principalmente, pelo afrouxamento das restrições da Igreja na atividade econômica durante a Renascença e o crescimento das ligações marítimas das cidades italianas litorâneas.

#### **3.2. EVOLUÇÃO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO**

##### **3.2.1. SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO DO INÍCIO ATÉ A DÉCADA DE 1970**

De acordo com Costa (1999), podemos dizer, de uma forma mais resumida, que o sistema financeiro nacional passou por quatro fases distintas. A primeira abrange o fim do período colonial, o Império e os primeiros anos de República; essa fase é considerada passível de pelo menos três subdivisões, demarcadas pelo início da intermediação financeira no período colônia até o final da década de 1830; pelos primeiros anos da década de 1840 até o final do Império; e pelos anos de República até o início da Primeira Guerra Mundial. É

importante levar-se em conta que o modelo bancário trazido ao Brasil pelo Império foi o europeu. A segunda abrange o período das guerras e da grande depressão. A terceira, iniciada em 1945, vai até as reformas institucionais de 1964 e 1965. E a quarta inicia-se após 1964, com novas reformas e algumas ainda não regulamentadas.

Deste modo, o primeiro banco brasileiro foi criado em 1808, sendo o quarto banco emissor de moeda em todo o mundo, apenas precedido pelos da Suécia (1668), da Inglaterra (1694) e da França (1800). Banco de depósitos, descontos e de emissão, tendo ainda o privilégio da venda dos produtos privativos da administração e contratos reais. Coube-lhe lançar as primeiras cédulas que circularam entre o Brasil e o mundo português. Até então, o meio circulante era exclusivamente metálico, constituído por moedas de ouro, prata e cobre.

Já em 1829, a assembléia legislativa do Império, por decisão política e não por problemas financeiros, extinguiu o primeiro banco brasileiro, criando em 1838, o banco comercial do Rio de Janeiro de iniciativa privada. Em 1851 surgiu mais um banco privado com o nome de Banco do Brasil, que foi extinto e depois retornou em 1854 com o mesmo nome, só que desta vez como instituição pública. Este banco marcou o surgimento do sistema financeiro brasileiro exercendo o papel de banco central até 1964 e detinha o monopólio na intermediação financeira.

Em 1945, o número de bancos comerciais<sup>15</sup> era de 508. Com um número elevado de estabelecimentos bancários, surge a necessidade de um maior controle do sistema, daí que o governo cria a Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC) que foi criada para controlar o mercado monetário e prepará-lo para a criação de um banco central. A Sumoc implementou medidas para impedir a criação de novos bancos, através de políticas restritivas à concessão de licenças para novas instituições financeiras e do encorajamento de fusões entre as já existentes. Isto diminuiu o número de bancos para 336 em 1964. Todavia, mesmo depois disso, o sistema financeiro continuou a crescer, mas desta vez pelo aumento do número de agências dos bancos já existentes.

---

<sup>15</sup> Instituição financeira pública ou privada que se caracteriza por ter como atividade principal a intermediação do crédito. Geralmente estas tendem para a transformação em bancos múltiplos, pois estes últimos são autorizados a operar com mais de uma carteira de acordo com as regras do CMN e BC.

Na década de 40, a taxa de juros tem um teto controlado pelo governo, 6% a.a para captação e 12% a.a para empréstimo. Sendo assim, a opção mais lucrativa para os bancos era aumentar o número de agências, para ganharem no volume das transações e recursos. Essa política de taxa de juros impediu qualquer contrato de crédito de cobrar uma taxa maior que 12% a.a.

Na prática, essa lei estabeleceu um custo de captação de 6% para os bancos e um retorno de 12% na concessão de crédito. Mas com a inflação aumentando, as taxas de empréstimo ficaram muito atrativas para os clientes, o que elevou a demanda. Contudo, os bancos não podiam oferecer taxas maiores para aumentar o volume de captação e assim poder satisfazer a demanda. A única alternativa foi oferecer serviços para atrair novos clientes e expandir a rede de agências para abranger novos mercados. Essa estratégia, aliada ao crescimento econômico, aumentou o número médio de agências por banco de 2,6 em 1945 para 17,6 em 1964, fazendo assim, “ganhos de escala”<sup>16</sup>.

Para resolver este dilema das taxas de juros fixas e da inflação aumentando, um novo sistema financeiro era necessário, sem taxas de empréstimos estabelecidas por lei. Foi feita então uma reestruturação do sistema financeiro através da Lei da Reforma Bancária de 31 de dezembro de 1964 (lei 4595).

Esta reforma financeira de 1964/65 implementada pelo regime militar teve como modelo o sistema norte-americano. As diretrizes desta reforma foram: especialização, segmentação e ordenação.

Para Rodrigues (1997), a Lei nº 4595<sup>17</sup>, de 31/12/1964, que instituiu a reforma bancária nacional, além de dispor sobre as instituições monetárias, bancárias e creditícias, criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central (Bacen). A estrutura regulatória, através do CMN, era composta por representantes do setor privado, pelo BC e pelo Ministro da Economia. (...). Foram criadas também neste período a Lei nº 4380 de

<sup>16</sup> Consiste na redução dos custos médios decorrentes do aumento da produção numa mesma matriz produtiva.

<sup>17</sup> A Lei 4595 de 31/12/1964, em seu art. 17, caracteriza-a com mais exatidão: “Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas e privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros”.

21/08/1964, que regulava o Sistema Financeiro da Habitação, e a Lei nº 4728 de 14/08/1965, que estabeleceu o mercado de capitais.

Segundo Costa (1995), há dúvidas quanto à efetividade deste modelo, por exemplo, o caso do mercado de valores mobiliários, composto pelos bancos de investimento, que ficariam responsáveis pelo “caráter atacadista”, e pelas distribuidoras de títulos e valores mobiliários, que cuidariam das operações varejistas. Com o passar do tempo, os bancos de investimento, para se tornarem rentáveis, começaram a acumular outras funções, como, por exemplo, “negociante de valores mobiliários, financiadores a prazo médio e longo”. Também neste período, diversas financeiras se transformaram em bancos de investimento, sendo, portanto, uma alteração na concepção inicial na reforma de 1964/65.

”Além deste desvio, relativo aos objetivos originais do projeto reformista, houve ainda um outro, na forma de um movimento simultâneo de constituição de bancos de investimento<sup>18</sup> por parte de grupos bancários não ligados às financeiras, atraídos pelas vantagens oferecidas às suas operações. Este segundo desvio deu origem à constituição de diversos conglomerados financeiros”. (Costa, 1997: 3).

Depois de alguns anos de recessão no início dos anos 60, o governo começou a procurar um modo de aumentar a poupança interna. Em 1965, apenas 2,9% da poupança interna bruta eram resultado da captação dos bancos, enquanto que a média na América Latina estava entre 10 e 15%.

As diretrizes desta reforma estabelecida pela Lei nº 4595 de dezembro de 1964 tiveram algumas mudanças, das quais serão citadas as principais:

- O fim do limite máximo de 12% para as taxas de juros.
- Criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).
- Incentivos para a fusão entre bancos (os bancos só podiam aumentar sua rede fundindo-se ou adquirindo outro banco, não era permitida a abertura de agências novas).

---

<sup>18</sup> Estes foram criados pela Lei nº 4728 de 14/07/1965 e tinham, como função, captação e financiamento de médio e longo prazo, normalmente direcionados para as empresas, bem como possuir carteira de ações.

- Criação de novos tipos de instituições financeiras (bancos comerciais, bancos de investimento, corretoras, etc).
- Criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central (BC).

O resultado desta reforma (1964) foi a concentração e o aumento do volume de ativos, neste sentido, caracterize-se pelo primeiro grande marco da reestruturação bancária. Em 10 anos, os ativos passaram de US\$ 22 bilhões para US\$ 173 bilhões e o número de instituições passou de 320 para 105. Foi nessa época que, pela primeira vez, os bancos brasileiros cumpriram seu papel original, emprestar. A proporção das operações de crédito em relação ao total de ativos passou de 49% em 1965 para 69% após 10 anos. O maior incentivo para isso foi a instituição da correção monetária, que fez com que as operações mais longas também se tornassem lucrativas, independentemente da taxa de inflação. Dados DIEESE (1994 a)

### **3.2.2. EVOLUÇÃO DO SETOR BANCÁRIO DA DÉCADA DE 70 ATÉ O PLANO REAL**

Durante os anos 70, com a inflação crescente, os bancos passaram a ter a receita de *floating*<sup>19</sup>, ou seja, a receita obtida pela captação sem correção monetária, e a aplicação dos recursos em trânsito em operações, com correção monetária, em que o banco ganhava na arbitragem. Entre os maiores beneficiados estavam os que atuavam no segmento varejista, que tinham grande volume de recursos.

O importante, neste período (dec.70), era ter agilidade para poder aplicar rapidamente e da maneira mais rentável possível os recursos captados. Da necessidade da velocidade surgiu o desenvolvimento da tecnologia bancária.

Já entre os anos de 1984 e 1985, a partir da retomada do crescimento econômico (que sucede a primeira recessão dos primeiros anos da década) e vai até o final dos anos 80, caracteriza-se por uma rápida difusão dos equipamentos. Embora nesta fase as empresas também iniciassem a busca de novas formas de organização do trabalho.

---

<sup>19</sup> Receitas obtidas pela captação de depósitos em conta corrente sem correção e aplicadas no mercado financeiro.

Enfatizando o período a partir do ano de 1985, o processo de reestruturação dos bancos está ligado a três momentos marcantes: o Plano Cruzado (1986), os Planos Collor I e II (1990/91) e o Plano Real (1994).

Para Carvalho (1996), o primeiro plano de estabilização, denominado Plano Cruzado, em 1986, apesar de seu insucesso do ponto de vista de manutenção da inflação em patamares reduzidos de forma permanente, indicou os possíveis problemas que o setor bancário haveria de enfrentar na ausência de expressivas taxas de inflação.

Os bancos, diante da queda brutal da inflação, aceleraram os processos de ajustes. Este processo consistiu, entre outras medidas, em fortes investimentos em automação e na tentativa de redução de seus custos operacionais. Também ocorreu forte redução de pessoal, sendo que somente em 1986 foram eliminados cerca de 109 mil postos de trabalho no setor<sup>20</sup>. Este período pode ser considerado como o início do processo de redução de emprego no setor.

Em 1989, o Banco Central publicou a Resolução nº 1524, que criou os bancos múltiplos<sup>21</sup>. Isso permitiu que as instituições financeiras menores, como corretoras, tornassem-se bancos e estimulou a abertura de novos bancos, já que a única exigência era ter patrimônio líquido de US\$ 7 milhões. Como consequência, o número de bancos passou de 106 em 1988 para 218 em 1990.

Da mesma forma, nos últimos anos da década de 80, as empresas começam a enfrentar uma grande pressão competitiva resultante da globalização, dos avanços rápidos em tecnologia e do aumento do grau de sofisticação dos mercados consumidores.

### **3.2.3. O QUADRO APÓS O PLANO REAL**

Segundo Franco (2000), em meados de 1994, no limiar da estabilização, era muito claro que tínhamos um problema seriíssimo no sistema bancário e estavam presentes todas as condições para uma crise sistêmica de proporções gigantescas.

---

<sup>20</sup> Primeira grande onda de desemprego no setor bancário.

<sup>21</sup> Instituição financeira que opera com mais de uma carteira. De acordo com as regras estabelecidas pelo CMN e o BC. Ver Sandroni, (2001:44)

Com o Plano Real e a “estabilização da economia”, os bancos tiveram que rever suas estratégias de atuação, pois novamente as receitas de *floating* provenientes que existiam antes desapareceram. Havia a necessidade de fontes de receita alternativas. Neste momento, os bancos começaram a cobrar tarifas e aproveitaram o aumento da propensão a consumir da população, que avistava um cenário propício para comprar principalmente bens de consumo duráveis e semiduráveis, como eletrodomésticos, por exemplo, para expandirem suas carteiras de crédito. Todavia, a falta de tecnologia para esse tipo de transação e a expansão pouco cautelosa das carteiras de crédito trouxeram para os bancos um novo problema, a alta inadimplência.

A respeito do *floating*, verifica-se que os ganhos no período do Plano Real foram proporcionados pela perda do valor real dos depósitos à vista e pela insuficiência na correção dos depósitos em conta corrente, correção esta que ficava sempre abaixo da inflação. Nesse sentido, discorre Paula (1997, p. 140):

“Na alta inflação, as atividades bancárias tradicionais – como as operações de crédito – perdem importância em termos de volume de negócios e como fonte de receita dos bancos. Por outro lado, os ganhos derivados do *floating* e da arbitragem entre as taxas de juros tendem a se elevar. (...) A grosso modo, portanto, os bancos obtêm ganhos na arbitragem inflacionária de duas formas. Primeiro, com as receitas dos *floatings* – recursos em trânsito no sistema bancário que representam um crédito livre para os bancos – obtidas em decorrência de a taxa nominal de juros de captação dos depósitos à vista ser igual a zero e a taxa nominal de aplicação ser ao menos próxima da inflação. (...) Em segundo lugar, os bancos podem obter lucros com os ganhos com *spread*, que resulta da margem diferencial entre a taxa de aplicação e a taxa de captação de recursos nas operações de intermediação de recursos por parte dos bancos”.

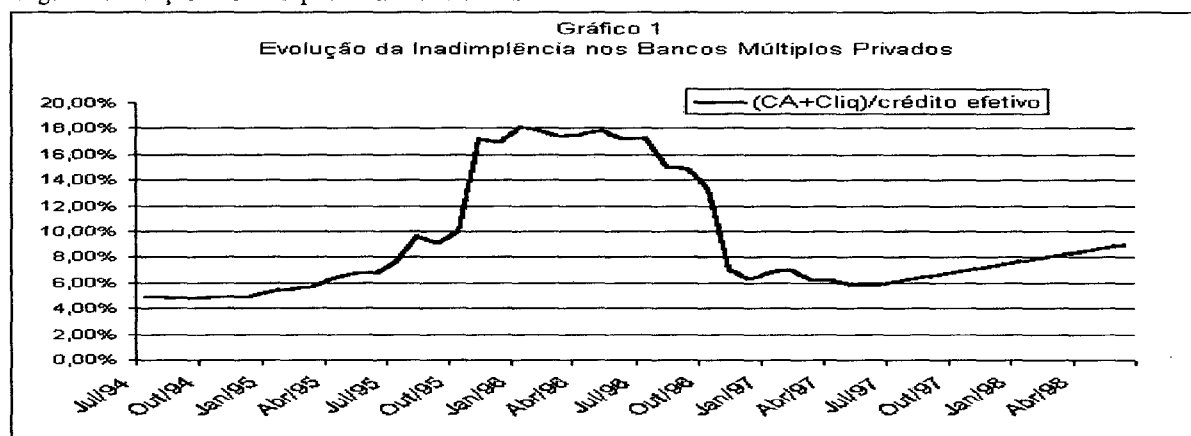
Assim, diante da queda da taxa de inflação ditada pelo novo plano de estabilização da economia, os bancos começaram um aumento nas liberações de empréstimos, no qual, sem um sistema eficiente de tecnologia, não se conseguia realizar uma rotina de cadastro que atendesse à demanda sem deixar que operações duvidosas fossem concretizadas. Para isso, seria necessário que os bancos estivessem atentos para o momento, em que já havia estudos que apontavam para uma falta de liquidez no futuro, pois este momento estava ligado ao plano econômico que no início dava uma ilusão para a população de baixa rentabilidade nos

rendimentos da poupança e uma grande facilidade de financiamento.

Conforme DIEESE (1997b), outro fato que os bancos não anteciparam foi o aumento dos depósitos compulsórios para as captações e a criação de um depósito compulsório para as operações de crédito. Isso, aliado à falta de liquidez no mercado no início de 1995, aumentou as taxas de juros dos empréstimos a clientes, elevando o nível de inadimplência. Nessa época, dois bancos fecharam, o Nacional e o Econômico.

Com a figura a seguir, mostrar-se a como se manifestou a inadimplência nos bancos após a estabilização da inflação, promovida pela política do governo federal através da implantação do Plano Real.

Figura 1 Evolução da inadimplência no setor bancário



Fonte: Banco Central. Elaboração DIEESE (1999)

De acordo com DIEESE (1999), pode-se dizer que a internacionalização do sistema financeiro nacional ganhou fôlego com a aprovação pelo presidente da República, em agosto de 1995, da Exposição de Motivos nº 311<sup>22</sup>, apresentada pelo Ministro da Fazenda, a qual defende ser de interesse nacional a entrada e o aumento da presença de bancos estrangeiros, na medida em que estas instituições agregariam mais recursos, *know-how*<sup>23</sup> e competitividade ao setor bancário brasileiro. Como resultado disto, além da ampliação da presença dessas instituições - entre filiais e bancos com controle estrangeiro -, este número alcançou 52 ao final de 1998, com uma rede de 2.395 agências, ou 14,9% do total das agências no país.

<sup>22</sup> Estabelece que a Presidência da República, após análise específica, pode considerar de interesse nacional a instalação de bancos estrangeiros no país.

<sup>23</sup> Conhecimento adquirido, refere-se a informações técnicas não patenteadas.



Os bancos iniciaram, nessa época, sua luta pelo aumento de eficiência, prevendo o fim da inflação e, conseqüentemente, começaram suas reestruturações de dentro para fora, atingindo principalmente o trabalhador. O número de funcionários passou de 824.316 em 1989 para 664.562 em 1994<sup>24</sup> e aproximadamente 450 mil em 1997<sup>25</sup>, o que também foi possível devido aos investimentos em tecnologia que os bancos foram obrigados a fazer. (Dados Dieese, 1999).

Em outro momento diferente, no ano de 1996, os bancos investiram em tecnologia de concessão de crédito, sendo que, em muitos casos, só a partir desse momento que se passou a utilizar técnicas como *credit-scoring*<sup>26</sup>. Nessa época, os bancos começaram a cobrar por seus serviços e a criar suas áreas de administração de fundos, e outros negócios relacionados à atividade bancária que pudessem gerar receitas adicionais para os bancos que substituíssem as receitas de *floating*.

No ano de 1997 ocorreu a Crise da Ásia, que reduziu a lucratividade no período, a qual, em condições normais, seria muito acima da média dos outros anos.

Com a economia mais estável e a mudança dos padrões de operação mais próxima à de outros países, muitos bancos estrangeiros começaram a se interessar pelo mercado brasileiro, que, além de oferecer ainda um potencial de crescimento, proporcionava taxas de lucratividade maiores que em países desenvolvidos. Essas vantagens seriam maiores ainda quando se levasse em conta o fato de os bancos originários de países desenvolvidos terem acesso a recursos mais baratos no mercado internacional que os bancos brasileiros. Com isso, o número de fusões e aquisições cresceu.

Em 1998, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução 2.493, que autorizava aos bancos realizarem cessão de recursos com empresas não financeiras, constituídas especificamente com a finalidade de adquirirem créditos. Isto permitiu aos bancos venderem seus créditos inadimplentes. No final do ano de 1998, entrou em funcionamento a Central de Risco do BACEN, um mecanismo auxiliar de controle de risco de crédito que expõe a situação de cada tomador no sistema. Um mesmo cliente, com operações

<sup>24</sup> Segunda grande onda de redução de postos de trabalho, reestruturações de dentro para fora.

<sup>25</sup> Terceira onda de demissões, ligadas ao Plano Real e aos investimentos em tecnologia.

<sup>26</sup> Sistema de controle de cadastro e de condição de pagamento do solicitante a um empréstimo bancário.

em vários bancos, passa a ser visto de forma consolidada na Central e, caso se conclua sobre o agravamento de seu risco (está inadimplente em um dos bancos), o BACEN exige provisionamento adicional em todos os outros, mesmo que sua situação seja normal nestes bancos. Isto provocou um aumento no volume de provisões no sistema, gerando um efeito positivo para a segurança bancária.

No início de 1999, a taxa cambial deixou de ser controlada pelo governo e o dólar subiu, chegando a R\$ 2,15. Muitos bancos tiveram grandes lucros por terem dólares em sua carteira ou pela valorização de seus ativos no exterior. Especialmente a partir do início do segundo semestre de 1999, o governo sinalizou com uma tendência de queda na taxa de juros. Esse fato, aliado à queda das alíquotas de depósitos compulsórios, fez com que alguns bancos já anunciassem um crescimento, ainda cuidadoso, em suas carteiras de crédito e uma diminuição nas taxas cobradas nos empréstimos aos clientes.

A tabela a seguir mostra a variação ocorrida no perfil do setor bancário nacional, após o período do Plano Real, podendo-se identificar uma mudança maior nos bancos privados nacionais que foi, em sua grande maioria, decretada pôr falências, fusões com bancos nacionais e de controle estrangeiro, e os bancos públicos que passam por um processo acentuado de privatização, liquidação e outros efeitos provocados pelo Plano Real e a globalização da economia.

TABELA 2: Instituições bancárias em funcionamento (Brasil 1994/2000)

Instituições	Junho de 1994	Dezembro de 2000
Bancos públicos federais	6	5
Múltiplos e comerciais	4	3
de desenvolvimento	1	1
Caixa econômica federal	1	1
Bancos públicos estaduais	34	17
múltiplos e comerciais	26	13
de desenvolvimento	7	4
Caixa econômica estadual	1	0
Bancos privados nacionais	147	76
Filiais de bancos estrangeiros (comerciais)	19	13
B.com controle estrangeiro	19	59
Bancos privados nacionais com participação estrangeira	31	27
Total	246	197

Fonte: BACEM – Elaboração (Dieese, 2000)

CAPÍTULO IV

4. PROCESSOS QUE AFETAM O EMPREGO BANCÁRIO

4.1. REESTRUTURAÇÃO DO SETOR

Segundo o DIEESE (1997c), as sucessivas tentativas de estabilização levadas a cabo nos anos 80 e início dos 90, ao colocar no horizonte dos agentes econômicos a possibilidade de redução da inflação, deflagraram os processos de ajustes nos bancos, com diferentes intensidades, fossem eles públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros. Assim, desde o Plano Cruzado, ainda que com certa descontinuidade, podem ser percebidos: "Ajustes para dentro"<sup>27</sup> e "Ajustes para fora"<sup>28</sup>.

A tabela a seguir mostra o número de empregados em estabelecimentos bancários, existente entre o fim da década de 80 até meados da década de 90, período que é marcado como o de maior redução do número de bancários no Brasil.

TABELA 3 : Número existente de empregados do setor financeiro no Brasil (1989 – 1996), quantificado mês a mês.

Meses	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Janeiro	811.892	825558	748.949	696.874	681.614	670.117	632.761	568.786
Fevereiro	813.076	825081	745.564	694.839	680.638	668.917	629.251	564.152
Março	811.542	826244	739.578	694.800	678.962	666.743	623.749	559.765
Abril	810.958	821843	734.806	693.684	678.085	664.452	622.060	555.232
Maiο	811.930	810419	732.026	692.588	676.779	661.906	616.847	547.715
Junho	813.501	794897	731.925	691.266	676.052	659.291	611.751	532.003
Julho	816.143	778699	723.279	689.244	676.549	657.233	592.280	528.182
Agosto	814.206	771331	717.914	687.827	677.884	653.272	588.927	526.093
Setembro	815.249	768287	714.089	687.843	677.574	651.022	585.350	521.939
Outubro	818.580	763105	708.751	686.376	676.369	646.236	581.758	518.714
Novembro	822.688	758466	703.729	684.171	673.438	641.302	577.436	513.861
Dezembro	824.316	753636	700.217	682.304	671.740	637.647	571.582	497.108

Fonte BACEN - Elaboração: Dieese (1997c)

<sup>27</sup> "Ajustes para dentro": internos às empresas, marcados especialmente pela introdução de inovações técnicas e gerenciais, além de uma redução significativa no número de empregados.

<sup>28</sup> "Ajustes para fora": baseados no desenvolvimento de produtos e serviços e na relação com a clientela, com tratamento diferenciado conforme extratos de renda, perfil de consumo de produtos financeiros e interesses desta mesma clientela.

De uma forma geral, pode-se dizer que, desde o início, a reestruturação do setor bancário brasileiro se caracterizou pela eliminação de postos de trabalho. Os bancos privados começaram a promover os ajustes a mais tempo, e a partir da década de 90, os bancos públicos federais e estaduais também entraram nesta ciranda. Estes últimos iniciaram a adoção de Programas de Demissões Voluntárias, sobretudo a partir do Plano Real. Entretanto, estes programas têm pouco de voluntário, na medida em que, ao definir critérios de elegibilidade, acabam sinalizando também os grupos de empregados que formam os "candidatos naturais" às demissões e, desse modo, terminam por induzir o ingresso destes bancários no programa.

Assim será demonstrada a evolução do desemprego bancário brasileiro, com a separação dos bancos públicos dos bancos privados.

Numa amostra parcial dos bancos públicos, conforme (Tabela 4), é possível perceber que a redução do quadro de pessoal só se intensificou a partir de 1994.

Tabela 4: Número de empregados em bancos públicos entre 1989 e 1997

BANCOS	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Banespa	37.919	37.914	37.060	37.150	34.843	33.877	29.525	22.856	22.561
Banerj	15.747	15.586	15.157	14.385	13.465	12.861	12.373	7.164	nd
Bemge	nd	8.773	8.301	11.078	11.712	11.012	10.325	8.525	7.249
Nossa Caixa	15.578	14.716	14.913	15.362	15.224	15.554	13.359	12.800	11.707
Banrisul	11.438	11.564	11.235	11.255	10.970	10.648	9.183	8.988	nd
Besc	6.505	6.436	6.240	6.108	6.032	5.991	5.583	5.567	4.924
Bandepe	nd	nd	nd	4.242	4.065	3.850	3.272	2.050	nd
Banestes	4.950	4.794	4.694	4.630	4.543	4.416	3.803	3.164	2.889
Banestado	14.733	14.869	nd	13.008	13.414	13.274	12.442	11.515	10.510
Baneb	6.816	6.428	5.977	7.013	5.865	5.653	3.872	3.667	nd
BRB	2.839	3.040	3.367	3.411	3.608	3.520	3.349	2.466	2.081
Beron	nd	nd	nd	1.401	1.508	nd	nd	nd	nd
Banese	nd	nd	nd	1.914	1.853	1.777	nd	nd	nd
BEC	nd	nd	2.504	2.446	2.412	2.410	nd	nd	nd
Banpará	nd	nd	nd	1.625	nd	nd	nd	nd	nd
Credireal MG	nd	7.092	6.574	6.130	6.384	2.827	2.491	2.440	nd
Var. Média	--	-0,8%	-2,1%	3,4%	-1,2%	-6,4%	-11,7%	-15,3%	-9,9%

Fonte Banco Central. Elaboração: DIEESE (1998)- nd (não divulgados)

Por sua vez, tomando-se uma amostra de bancos privados (Tabela 5) a seguir, nota-se significativa redução de pessoal desde o início dos anos 90. Em geral, todos os bancos promoveram redução de postos de trabalho, sendo exceções apenas o Bandeirantes e o Noroeste. Em termos absolutos, o Bradesco foi o que apresentou a maior redução, tendo eliminado mais de 61 mil empregos entre 1990 e 1997. O Itaú vem em seguida, com o corte de mais de 41 mil vagas. Em conjunto, os dois bancos promoveram a eliminação de mais de 102 mil empregos ao longo dos anos 90.

Tabela 5: Número de empregados em bancos privados selecionados entre 1989 e 1997.

Bancos	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
América do Sul	nd	nd	7.612	7.319	7.240	6.854	6.277	5.420	nd
Bandeirantes	nd	nd	4.213	4.595	5.467	4.714	4.988	5.567	nd
BCN	nd	nd	7.300	6.975	6.982	7.343	6.598	4.832	6.022
BFB	nd	nd	3.721	3.752	3.641	2.903	1.703	nd	nd
Bradesco	104.269	91.647	75.092	68.031	63.549	60.742	52.866	45.871	42.943
Econômico	14.855	12.930	12.042	10.416	10.831	10.664	9.500	ne	nd
Excel Econômico	nd	nd	134	279	302	nd	425	6.457	6.918
HSBC Bamerindus	40.671	39.153	34.397	31.489	31.325	30.434	28.127	22.950	23.756
Itaú	77.499	60.865	49.433	42.679	40.830	37.119	36.636	31.266	36.263
Mercapaulo	12.182	10.728	8.837	7.595	6.979	6.131	5.435	4.644	5.206
Nacional	19.953	17.375	17.935	19.985	17.566	14.709	nd	ne	nd
Noroeste	nd	4.578	4.779	4.752	5.152	5.008	4.801	4.630	5.144
Real	nd	nd	21.753	20.458	20.172	17.142	14.807	15.146	16.521
Safra	nd	3.862	3.946	nd	nd	2.285	nd	3.501	3.363
Sudameris	nd	4.537	4.234	4.251	4.090	3.811	3.769	3.726	3.783
Unibanco	26.847	22.011	21.036	20.460	19.229	17.034	28.543	24.918	22.785

Fonte Banco Central. Elaboração: DIEESE (1998) nd- (não divulgados)

Os ajustes do setor bancário estão relacionados aos novos padrões de concorrência e competitividade, em que o redimensionamento do sistema e a reorganização das atividades no setor são premissas básicas para permanecer no mercado. Assim, os bancos passaram a investir pesado na informatização, revendo suas próprias estratégias comerciais. Esse processo, que se intensificou mais nos bancos privados, começou bem antes do Plano Real.

Os bancos públicos foram mais lentos na adequação ao novo contexto e só a partir de 1994/95 é que aceleraram a adoção de medidas de reestruturação das suas atividades.

Pode-se dizer que o processo de reestruturação dos bancos está ligado a três momentos marcantes da recente história econômica brasileira: o Plano Cruzado (1986), os Planos Collor I e II (1990/91) e o Plano Real (1994). Ou seja, os planos econômicos de estabilização tiveram grandes repercussões dentro dos bancos, provocando sucessivos ajustes no sistema financeiro.

A informatização também fez parte da reestruturação dos bancos no Brasil, passando por três etapas principais: a implantação de sistemas automatizados para o controle administrativo, de apoio gerencial e de atendimento ao público.

O controle administrativo mudou com o aparecimento dos centros de processamento de dados (CPDs), no final dos anos 60. Já em meados da década de 70, foram instalados os primeiros sistemas de apoio à decisão gerencial e, no início da década de 80, surgem os chamados bancos eletrônicos e suas agências *on line*, que passam a empregar sistemas automatizados de atendimento ao público. Essas etapas constituem uma tendência irreversível.

Quanto às estratégias de negócios, os bancos brasileiros ainda se caracterizam por uma atuação que privilegia as aplicações de curto prazo. Depois da reforma bancária de 1988, com a instituição dos bancos múltiplos e as alterações decorrentes da modificação das regras do *overnight*<sup>29</sup> (início da década de 1990), que proibiram as pessoas físicas e as empresas não financeiras de trabalharem diretamente com esse tipo de aplicação, a expectativa era que ocorresse uma mudança no perfil das aplicações financeiras da clientela em geral. Mas essa mudança acabou não ocorrendo. De um lado, porque persistiu a necessidade do setor público buscar seu financiamento no mercado em razão das conhecidas dificuldades de ordem fiscal e financeira; de outro, devido à criatividade das instituições financeiras, que souberam suprir o mercado com a oferta de novos produtos de curto prazo, como a caderneta de poupança com

---

<sup>29</sup> Aplicação onde o aplicador compra títulos públicos no mercado secundário, com a condição de revendê-los no dia seguinte (operações compromissadas), com uma taxa predeterminada entre as partes.

datas múltiplas e os fundos de investimento, estes criados com base na experiência do Fundo de Aplicação Financeira (FAF).

Por outro lado, as transformações nos bancos não se limitaram a reduzir o quadro de pessoal das empresas, mas também alteraram o perfil da categoria bancária, com a ampliação da parcela de trabalhadores empregados em funções gerenciais e a redução relativa das chefias intermediárias e dos escriturários e auxiliares.

Essas novas modalidades constituem formas de atender a uma clientela mais sofisticada e dão suporte à estratégia dos bancos, centrada na seletividade dos clientes. As instituições fazem uma seleção dos clientes com mais oportunidades de investimento, que podem movimentar quantias maiores e adquirir uma gama mais ampla de produtos e serviços bancários, em detrimento dos usuários que se limitam à movimentação de uma simples conta bancária.

Os clientes que utilizam o banco com menor frequência também são atingidos pela informatização, mas numa outra ponta. Eles são "jogados" para o auto-atendimento. Esses usuários são classificados como sendo de "segunda categoria", e a preocupação do banco é que não ocupem por demais o espaço e o tempo de atendimento da agência bancária, que deve estar livre para realizar negócios sempre mais rentáveis.

Aliado a estes fatores, pode-se destacar uma mudança no modo de produzir, ou seja, um novo paradigma produtivo. Para melhor exemplificar o que se quer dizer, a (Tabela 6) a seguir, apresenta a comparação entre o velho e o novo paradigma das técnicas de produção conhecidas. Pode-se então perceber que as transformações transcendem uma política de curto prazo, pois necessitam de mudanças drásticas e de tempo para serem realizadas.

TABELA 6: Comparação entre o velho e o novo paradigma técnico-produtivo bancário

Velho Paradigma	Novo Paradigma
Intensivo em energia	Intensivo em informação e conhecimento
Grandes unidades de produção e trabalhadores	Redução no tamanho da prod. e nº de trabalhadores
Produto homogêneo de uma unidade de produção	Diversidade de produtos
Padronização	Customised <sup>30</sup> (dirigida ao cliente)
Mix estável de produtos	Mudanças rápidas no mix de produtos
Plantas e equipamentos especializados	Sistema de produção flexível
Automação	Sistematização
Habilidades especializadas	Multi-habilidades, interdisciplinares

Fonte: Freeman & Old Man (1991) apud Nakano (1994)

Desta forma, verifica-se que o velho paradigma é constituído sobre formas de produção ultrapassadas, sem condições de sobreviver em uma economia altamente competitiva, na qual os novos padrões de produção estão voltados para a qualificação do empregado, a redução das plantas produtivas com diminuição de mão-de-obra e outros fatores ligados ao novo movimento da economia mundial.

Assim, as alterações no perfil dos bancários são coerentes com as mudanças de estratégias dos bancos de combinarem a introdução das modalidades de auto-atendimento com a nova concepção de agência bancária, que se constituiria não mais apenas num espaço para a realização de depósitos, saques ou pagamentos de carnês, mas, cada vez mais, em um local de fornecimento de crédito e de vendas de produtos. Tal estratégia visa transformar os bancos em espaços de negócio, mesmo no segmento de varejo, cuja clientela é menos selecionada em relação às instituições que atuam somente no atacado.

A adoção de máquinas de auto-atendimento pode ser entendida dentro de uma estratégia de redução de custos, pois uma operação eletrônica custa, aproximadamente, cinco vezes menos que o procedimento manual.

Durante o governo Collor foi extinta a reserva de mercado da informática, o que contribuiu muito para a decisão dos bancos de intensificarem os investimentos nessa área. Se, de um lado, o aumento da concorrência e a diminuição dos preços desestimulam a atuação

<sup>30</sup> Personalizado.



direta dos bancos, como investidores, na indústria de informática, de outro, eles são levados a investirem na aquisição de equipamentos informatizados.

A automação bancária é o que tem dado suporte à transformação do sistema de pagamentos. A maneira como o público em geral paga suas dívidas se modifica em função das novidades tecnológicas. Dois produtos de grande alcance generalizado refletem essa mudança: os cartões de crédito e de débito. Isso faz com que o acesso da clientela ao banco mude totalmente, ainda mais quando se alia tais cartões ao pagamento automático das contas.

As contas interligadas constituem outro elemento importante dessa estratégia tecnológica dos bancos. A automação permite uma administração direta de transferências de volumes de recursos entre contas correntes diferentes e aplicações financeiras.

O *home-banking* e o *office-banking*, aliados ao auto-atendimento, trabalham rumo à constituição do "banco virtual", que não teria mais agências, operaria através da telemática<sup>31</sup> e empregaria algumas poucas pessoas de confiança para realizarem entregas e coletas dos produtos, serviços e recursos movimentados diretamente pela clientela. Se esse tipo de organização não teve o sucesso esperado até agora, não se deve duvidar que representa uma forte tendência no futuro.

Contudo, ainda existem muitas dificuldades a serem vencidas no processo de transformação dos bancos nacionais. Até a adoção do Plano Real, comparativamente com o quadro internacional, os bancos brasileiros não tinham na concessão de crédito sua principal atividade. Mesmo que o enfoque tenha mudado desde então, alguns fatores indicam que essa mudança vai levar algum tempo para se consolidar. Por exemplo, a análise de risco de crédito ainda é incipiente, a inadimplência se mantém em alta, e o *spread* - diferença entre a remuneração do capital que os bancos captam no mercado e a remuneração dos recursos que emprestam - também permanece elevado.

Nessa mudança de foco da atividade bancária, a informática constitui um instrumento de suporte da maior importância também no interior de uma agência bancária. Hoje, o caixa

---

<sup>31</sup> Termo utilizado para indicar a junção das palavras "telecomunicação" e "informática". Para exemplificar, seria o uso de linhas telefônicas para ligar vários computadores.

não dispõe somente de uma máquina registradora, mas de um terminal, dispensando, assim, o pessoal de retaguarda. E o gerente não se limita a supervisionar os demais trabalhadores, mas é a ponta de lança dessa interface agressiva que o banco quer estabelecer com o cliente. Todavia, para isso, necessita de um terminal que lhe forneça, *on line*, as informações necessárias.

O gerente precisa ter acesso a informações sobre o comportamento do mercado, ao mesmo tempo em que realiza um negócio, e também saber diferenciar as condições oferecidas pelo banco (taxas de juros, prazos, garantias etc.), em função do tipo de cliente. Do ponto de vista da racionalidade econômica do banco, é cada vez mais obsoleta a prática de oferecer tratamento igual ao pequeno correntista e ao cliente de primeira linha.

O modelo de atuação de um banco é cada vez mais descentralizado, adaptando-se à estrutura de rede das agências. Do ponto de vista do suporte informático, deve ser entendida a substituição de um computador de grande porte (*mainframe*)<sup>32</sup> por computadores pessoais interligados em rede. Dessa forma, o processamento não é mais operado à noite, após o expediente, mas em tempo real, conferindo mais agilidade e autonomia ao gerente de agência. Relacionado ao fato de a gerência se tornar cada vez mais estratégica dentro dos bancos, pode ser dito também o tratamento diferenciado do segmento gerencial com relação aos demais funcionários no que se refere a treinamentos, informações e remuneração.

Neste rumo, cabe também destacar que a globalização da economia mundial tem como uma de suas principais características a internacionalização do sistema financeiro. Estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para a existência de aproximadamente US\$ 30 trilhões girando no sistema financeiro internacional em busca de oportunidades de realização de novos lucros. As decisões são tomadas em tempos cada vez menores, e a informação é a variável determinante.

Os bancos são a ponta de lança desse processo, arquivando, catalogando e processando informações, de modo a identificar as possibilidades de investimento para seus clientes. Para tanto, é fundamental não só o acesso à informação, como também a capacidade de interpretá-

---

<sup>32</sup> Computador central, que registra, operacionaliza e dá suporte a todas as operações efetuadas na rede interna e externa.

la, visando satisfazer as necessidades dos clientes. O bancário tradicional, que tinha como principal meio de trabalho a moeda, começa a ceder espaço para um novo profissional, que tem na informação sua principal ferramenta de trabalho.

Essa mudança, ainda incipiente, pode ser apontada como tendência de médio e longo prazos para o profissional bancário. Entretanto, algumas de suas características já estão presentes no dia-a-dia de parcela significativa da categoria. Quando um cliente entra no banco querendo fazer um investimento, procura um consultor que lhe dê suporte para a tomada de decisões com relação ao melhor produto que se enquadre à sua realidade e que possibilite o maior retorno de seu investimento.

Outra variável chave nesse processo de globalização do sistema financeiro é a tecnologia, que permite a multiplicação dos produtos oferecidos aos clientes, a racionalização do processo de trabalho e a rapidez na tomada de decisões. Muitas vezes, a tecnologia é o próprio produto que o banco vende. A concorrência entre os bancos se concentra cada vez mais nas duas variáveis, informação e tecnologia, que são a base para definir novos produtos a serem oferecidos aos clientes.

Características de um processo mundial, essas mudanças igualmente estão presentes no sistema financeiro brasileiro, que vem passando por alterações estruturais nos últimos anos, motivadas não só pelo acirramento da concorrência no setor em todo o mundo, mas também pelo processo de ajuste da economia brasileira.

#### **4.2. A TERCEIRIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO NACIONAL**

A terceirização teve sua origem na Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos da América aliou-se aos países europeus para combater as forças nazistas e os japoneses.

Segundo Queiroz (1995), terceirização é uma técnica administrativa que possibilita o estabelecimento de um processo de transferência a terceiros das atividades acessórias e de

apoio ao escopo<sup>33</sup> das empresas que é a sua atividade-fim, permitindo a estas se concentrarem no seu negócio, ou seja, no objetivo final. (...) É também o processo de busca de parcerias, determinado pela visão empresarial moderna e pela imposições do mercado. Não mais poderemos passar para os preços os elevados custos.

No que se refere à terceirização no setor bancário, esta abrangeu, inicialmente, as áreas de apoio: limpeza, vigilância e transporte de valores, avançando, em seguida, sobre as atividades-fim, tais como processamento de dados, compensação e microfilmagem de cheques, tratamento de documentos contábeis e digitação. Além disso, o processo de terceirização também vem alcançando o setor de pagamento de contas de concessionária de serviços públicos e de impostos em geral, departamento jurídico, cogitando-se, inclusive, a possibilidade da concessão de franquias de pontos de atendimento ou agências.

O processo de terceirização em curso, pela sua própria natureza, desvendou um amplo leque de possibilidades de aumento do grau de exploração da mão-de-obra, as quais se concretizaram a partir da transferência de trabalhadores da base sindical dos bancários para outras, desencadeando o processo de precarização das relações de trabalho. Os impactos mais visíveis deste processo são o rebaixamento dos níveis salariais, o aumento do tempo de trabalho, perda de direitos trabalhistas, perda de identidade sindical e piora no regime de trabalho.

De acordo com o DIEESE (1996-b), a terceirização empreendida no Brasil, de um modo geral, e em especial no setor bancário, parece buscar justamente essa precarização das relações de trabalho, na medida em que se vinculam mais estreitamente às estratégias de redução dos custos com mão-de-obra e com encargos trabalhistas.

O rebaixamento nos níveis salariais decorre do fato de que, na empresa contratada, os salários são geralmente bem inferiores aos vigentes no setor bancário; não existe um plano de cargos e salários e a ação sindical é nula. Quanto ao tempo de trabalho, a sua elevação é uma decorrência da “quebra” da jornada diária de seis horas, um direito legal conquistado pelos bancários em 1933. Transferindo-se para o terceiro, portanto, deixando de ser bancário, o trabalhador passa a dedicar duas horas de trabalho a mais, sem a contrapartida salarial, o

---

<sup>33</sup> Economia de escopo proporciona ganhos obtidos pela diversificação do mix de produção, podendo ser na transferência de serviços internos a terceiros.

aumento no tempo de trabalho traduz-se em aumento da mais-valia absoluta; a usurpação do salário em mais-valia extra.

Outro desafio reside na perda da identidade dos sindicatos que se verifica com a mudança de base de uma categoria para outra, o que faz com que os empregados dos terceiros fiquem excluídos do usufruto dos benefícios e direitos estabelecidos pela convenção coletiva dos bancários. Com isto, o poder de barganha dos sindicatos fica ameaçado, exigindo novas estratégias de enfrentamento.

Conforme o DIEESE (1994), em virtude das empresas constatarem dificuldades de manter estruturas pesadas, verticalizadas, buscam a focalização de suas atividades objetivando particularmente ganhos econômicos, entre outras vantagens. Existem vantagens do ponto de vista organizacional e de busca de controle social na focalização/terceirização.

#### **4.3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO**

Segundo o DIEESE (1999), a razão da internacionalização do sistema financeiro nacional tem o caráter institucional: a ação do Estado. Ou seja, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central, sob a alegação, verdadeira, da importância da solidez do setor bancário para o processo de estabilização, e "aproveitando-se" da não regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, vêm desenhando um novo perfil para o setor.

A respeito da regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, deve-se frisar que a sua redação está a cargo do Deputado catarinense Edinho Bez.

Contudo, para Fortuna (1999), esta regulamentação, que em dezembro de 1997 estava em discussão no congresso, introduz algumas modificações na estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

- Conselho Monetário Nacional (CNM), a idéia é acabar com este órgão e distribuir suas funções entre o Banco Central e uma nova entidade a ser criada, o Conselho Financeiro Nacional.

- Banco Central (BC), Passaria a ter poderes absolutos na condução da política monetária, sem envolvimento do Ministro da Fazenda em suas decisões.
- Conselho Financeiro Nacional (CFN), Seria criado com nove membros: os ministros da Fazenda e do planejamento, os presidentes do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, os superintendentes da Superintendência de Seguros Privados – Susep – e da, ainda a ser criada Superintendência Previdenciária (Suprev), que substituirá a atual Secretaria de Previdência Complementar (SPC), e mais três pessoas a serem indicadas pelo Presidente da República e submetidas ao Senado. Sua atribuição será a de normatizar o sistema financeiro. As instituições abaixo deste órgão ficariam com funções restritas à supervisão e fiscalização de seus mercados.

A Lei 4.131, de setembro de 1962, aplicou o princípio da reciprocidade no tratamento do ingresso de instituições estrangeiras no sistema financeiro brasileiro. Em seu artigo 50, ficava estabelecido que, aos bancos estrangeiros autorizados a funcionar no Brasil, seriam aplicadas as mesmas vedações ou restrições que a legislação de seus países de origem impunha aos bancos brasileiros que neles desejassem se estabelecer.

Já a Lei nº 4.595 da reforma do setor bancário nacional de 1964, estabelecia que a entrada de instituições estrangeiras só poderia ocorrer mediante prévia autorização do Banco Central ou decreto do poder legislativo, que somente era admitida à entrada de investidor estrangeiro em bancos de investimento e em empresas de *leasing*<sup>34</sup> através de participação acionária minoritária.

A Constituição de 1988 manteve aberta a possibilidade de acesso das instituições financeiras estrangeiras ao mercado doméstico. Em seu artigo 52 do ato das disposições transitórias proibiu, até que seja regulamentada em lei complementar, a instalação no Brasil de novas agências de instituições estrangeiras e o aumento do percentual de participação no capital de instituições financeiras com sede no país, de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, salvo acordos bilaterais.

---

<sup>34</sup> Operação financeira entre uma empresa proprietária de determinados bens e uma pessoa jurídica, que usufrui desses bens contra o pagamento de prestações, com opção de compra ao final do contrato.

Existem autores que preferem dizer que a nova fase de difusão das empresas, bancárias ou de outra função, não pode mais ser vista como a internacionalização, caracterizada como o movimento que vem ocorrendo desde a década de 60, onde as empresas se lançavam ao exterior apenas como uma forma de investimento externo. Para esses autores, o fenômeno que vem acontecendo atualmente pode ser encarado como globalização das economias.

A globalização seria um movimento no qual as empresas reorganizam toda sua estrutura de produção de maneira global, ou seja, sem pensar em nível de fronteiras expandindo seus mercados e reorganizando seus custos de produção.

Então, como pode ser observado, em um primeiro momento, a globalização da produção acabou por mostrar as vantagens do mundo sem fronteiras às instituições financeiras. No caso dos bancos, já existiam instituições internacionais. Mas com a crescente onda de liberalização dos fluxos de capitais, os bancos começaram a redefinir seus objetivos e iniciaram a expansão por outros países.

No entanto, o setor bancário não é tão livre à entrada de novos concorrentes como o setor industrial. Na maioria dos países, o setor financeiro é muito regulado. Como no Brasil, a entrada de concorrentes estrangeiros ou aumento dos que já possuem participação é limitada.

O que possibilitou a vinda de instituições estrangeiras motivadas pela globalização foram as políticas liberais adotadas pelo governo a partir da década de 90. Essas políticas culminaram na inserção do Brasil no cenário da globalização, como não poderia ser diferente, haja vista, a tendência mundial ser muito mais forte que qualquer pretensão particular de um estado em se manter fora deste mundo globalizado.

#### **4.4. FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO**

Representando uma parcela significativa dos serviços, o setor bancário tem mudado drasticamente nos últimos anos e passado por uma intensa onda de fusões e aquisições. Estas fusões são seguidas por uma consolidação das operações, com o objetivo de eliminar as

operações que não são eficientes do ponto de vista de custos. Como se não bastasse, outras instituições têm começado a oferecer uma grande variedade de produtos, antes tradicionalmente explorados apenas pelos bancos, (um exemplo é o recebimento de contas de concessionárias de serviços públicos e carnês de pagamento efetuados por casas lotéricas).

O processo de fusões e aquisições observado no sistema financeiro nacional não está isolado, considerando comparativamente o quadro das transformações mais gerais do sistema financeiro internacional. Este processo está embasado nos vários países por diferentes processos institucionais que regulamentam e supervisionam o exercício das atividades financeiras, conforme discutido por Cintra e Freitas (1998).

Segundo Dieese (1997b), a estratégia de diversificação vem assumindo distintas formas nos diferentes países, dado o arcabouço legal e regulamentar: criação de subsidiária, participações acionárias cruzadas, aquisições domésticas e transfronteiras e constituições de *holdings*<sup>35</sup>. De outro lado, a própria busca de ampliação da base de clientes e de negócios, inerente à lógica concorrencial, vem promovendo a concentração e centralização financeira mediante fusões e aquisições.

Dentre as principais motivações que levariam a fusões e aquisições entre instituições financeiras foram selecionadas algumas destas motivações levantadas pelo Dieese (1996b):

- Ganhos de escala;
- Ampliação da rede de agências;
- Aproveitamento de tecnologias;
- Ampliação da base de capital;
- Conquista de clientes;

Os ganhos de escala deverão ser sentidos com maior intensidade em áreas como a administração central: diretoria, recursos humanos, sistemas, contabilidade, marketing e

---

<sup>35</sup> Designação de empresa que mantém o controle sobre outras empresas mediante a posse majoritária de ações destas. Sandroni (2001:285)



crédito. Também se podem citar as áreas dos departamentos jurídicos, econômicos, de cobrança e Centro de Processamento de Dados (CPDs).

A potencialização de vantagens advindas de um ou mais itens acima citados depende da especificidade e gestão de cada caso. Assim, fusões entre instituições podem implicar diferentes graus de interesses face cada um dos itens citados, tendo como perspectiva ganhos econômicos.

A tecnologia também é fator de destaque nas aquisições e fusões. Particularmente as possibilidades de aproveitamento de novo *know how* tecnológico em função dos conglomerados ligados a estes bancos nos setores de informática e telecomunicações.

#### **4.5. AUTOMAÇÃO BANCÁRIA**

Para entender a contribuição da informática à atividade dos bancos, é preciso se referir aos produtos que as instituições financeiras vêm ofertando à clientela e ao contexto macroeconômico no qual o mercado financeiro está inserido. Em outras palavras, deve-se entender a área de informática como um instrumento de suporte, cada vez mais importante, para o desenvolvimento da atividade bancária e a implementação de suas estratégias competitivas.

A informatização das atividades bancárias deve ser entendida, ainda, a partir da preocupação dos bancos em gerar receitas, com a criação de novos produtos e serviços, que somente se tornaram possíveis graças às novas tecnologias da informática e das telecomunicações.

Nos últimos anos, as empresas têm enfrentado uma grande pressão competitiva, resultante da globalização, dos avanços rápidos em tecnologia e do aumento do grau de sofisticação dos mercados consumidores. Várias técnicas e filosofias de gestão foram desenvolvidas e aplicadas tanto em empresas do ramo industrial como nos bancos.

A tecnologia incide violentamente na reestruturação dos bancos, pois os sistemas informatizados tornam possível um novo tipo de atendimento, via telefone, *fax*, (*home-*

*banking*<sup>36</sup> e *office-banking*<sup>37</sup>). Também permitem a transferência eletrônica dos fundos de investimento, sem que haja, necessariamente, um controle pelo trabalho do bancário.

Assim, neste tópico, será considerado o conceito de automação bancária, o adotado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) da Universidade de São Paulo, que, por sua vez, “em sua acepção mais ampla, inclui todas as atividades de informática e telecomunicações nos bancos”.

Conforme Rodrigues (1997), o IPT classifica a automação bancária segundo as seguintes categorias: a) de uso básico da tecnologia como suporte a operações; b) em relação à eficiência em uso; c) especificidade de uso. Outro critério incorporado pelo IPT foi o das categorias utilizadas pelos fornecedores de produtos e serviços relativos à automação bancária. Assim sendo, o IPT adota a seguinte classificação quanto à automação dos bancos:

## 1. Sistemas de pagamento de varejo

### 1.1 Automação de agência

- Terminais de caixa
- Estações de plataforma
- Estações de retaguarda
- Servidores
- Infra-estrutura de *software*<sup>38</sup> da agência
- Serviços
- Construção e instalação física

### 1.2 Auto-atendimento

- Caixas eletrônicos
- *Cash Dispensers*<sup>39</sup>

<sup>36</sup> Serviços oferecidos pelo banco ao cliente que possui equipamento compatível, onde a ele serão disponibilizados alguns tipos de produtos e serviços que o banco oferece.

<sup>37</sup> Serviços com as mesmas características do home-banking, só que é específico para pessoas jurídicas.

<sup>38</sup> Expressão inglesa utilizada em informática para designar programa de computador.

### 1.3 Outros serviços interativos

- *Home-banking*

### 1.4 Sistema de ponto de vendas

## 2. Sistema de pagamento por atacado

- Sistema de transferência de fundos
- Gestão de caixa
- *Electronic data interchange*<sup>40</sup>
- *Office banking*
- Compensação automática

Fonte: IPT (1996: 15)

Seguindo esta classificação, Rodrigues (1997) analisa que, nos itens 1.1 e 1.2, o emprego nas agências bancárias e em setores de compensação pode ser bastante afetado, atingindo, em particular, profissionais de retaguarda, caixas, compensadores e outros. Já no item 2, acerca dos sistemas de pagamentos por atacado, os efeitos sobre a redução na troca de papéis, agora efetuados por meio eletrônico, também implicam a redução de atividades anteriormente efetuadas manualmente.

De uma forma geral, o IPT classifica o sistema de automação bancária como um conjunto de hardware e software que viabiliza a automação de agências e também os seus alternativos, quais sejam: *call center*<sup>41</sup>, *home banking* e *Internet banking*<sup>42</sup>. Nas agências, os sistemas de automação compõem-se de redes às quais estão ligados vários computadores, além dos terminais financeiros dos caixas, com seus periféricos específicos, e dos ATMs<sup>43</sup>.

---

<sup>39</sup> Ambiente de saque.

<sup>40</sup> Expressão inglesa que designa troca eletrônica.

<sup>41</sup> Centro de atendimento.

<sup>42</sup> Banco utilizado via internet.

<sup>43</sup> Um dos principais equipamentos para automação bancária, que disponibiliza o saque de numerário.

De forma semelhante, os alternativos às agências são redes de computadores nas quais estão conectados equipamentos de atendimento específicos para cada modalidade. Decorre daí que um fornecedor de automação bancária é, antes de tudo, um fornecedor de soluções, onde o software tem um peso muito expressivo. O *hardware*<sup>44</sup> utilizado atualmente está baseado em redes de microcomputadores, que já se tornaram *commodities*<sup>45</sup>, excetuando-se os equipamentos especialmente desenvolvidos para aplicações bancárias, dos quais o mais importante é, sem sombra de dúvida, o *Automatic Teller Machine* (ATM).

A automação bancária é um fenômeno irreversível, como mostram os dados do quadro abaixo, elaborado a partir de uma pesquisa da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). O crescimento das instalações é bem mais significativo que a já expressiva expansão dos investimentos. Em 1993, estes somaram US\$ 3 bilhões, volume que se elevou para US\$ 4,3 bilhões, em 1995, crescendo 43,3% a.a.

TABELA 7: Indicadores da automação dos bancos no Brasil. 1994/95

	1994	1995	Varição(%)
Investimento em automação (em US\$ bilhões)	4,1	4,3	5,0
N.º de equipamentos de auto-atendimento nas agências	25.395	53.000	109
N.º de equipamentos de auto-atendimento fora das agências	6.069	11.000	81
N.º de terminais em escritórios e residências	107.621	580.000	439

Fonte: Febraban (Gazeta Mercantil, 13/05/96, p. B-1)

Elaboração: DIEESE (1996).

Segundo Madi (1995), as estratégias competitivas dos bancos acarretam, portanto, inovações financeiras privadas, que se sintetizam na tendência à segmentação do mercado em função da seleção da clientela. A automação bancária, o redimensionamento e o aumento da eficiência das estruturas operacionais constituem em pilares das estratégias competitivas, dando continuidade a um processo, iniciado particularmente após o Plano Cruzado, que pode ser resumido através de três palavras-chave: informação, reengenharia e tecnologia.

<sup>44</sup> Conjunto dos componentes eletrônicos, dos terminais e periféricos de um computador.

<sup>45</sup> O termo significa literalmente “mercadoria” em inglês.

O atendimento à clientela vem se transformando simultaneamente ao desenvolvimento tecnológico, tanto em termos de técnica para operações de suporte como na criação e evolução de produtos e serviços, permitindo que inúmeras operações, antes necessariamente efetuadas diretamente junto aos caixas e/ou com outros profissionais bancários, agora sejam realizadas diretamente por máquinas que proporcionam o auto-atendimento.

O elemento custo dos serviços bancários para a sociedade também deve ser destacado dentre os determinantes da automação bancária, conforme revelou o presidente da Febraban, Roberto Egydio Setúbal, em pronunciamento na abertura do III Congresso Internacional de Serviços Bancários, realizado em São Paulo em abril de 1997.

Com a tabela abaixo, verifica-se a mudança no atendimento bancário, já bastante automatizado, diminuindo significativamente o número de operações dentro da agência.

TABELA 8: Estrutura de atendimento eletrônico no Brasil 1996.

Equipamentos	Dentro da agência	Ante-sala	Quiosques	Postos	Total
ATMs (saque/depósito)	506	3.777	1.257	222	5.762
<i>Cash dispenser</i>	14.816	6334	371	4.471	2.5992
Terminal de depósito	2.934	388	10	5	3.337
Terminal de extrato/saldo	25.330	1984	152	3.442	30.908
Dispensador de cheques	232	596	1	6	835
Outros	961	21	0	221	1.203
Total	44.779	13.100	1.791	8.367	68.037

Fonte e elaboração: Febraban 1996.

Para Setúbal (1997), preços são diferencial cada vez mais importante na escolha pelo cliente. Esta constatação torna a redução de custos e a busca de eficiência fatores decisivos para a atuação dos bancos no cenário atual.

Entretanto, Setúbal (1997) destaca que a comparação de indicadores de custo/ativo entre bancos do Brasil e seus similares estrangeiros é bastante equivocada, em virtude da prestação de serviços que os bancos realizam aqui não ser efetuada pelos seus competidores internacionais em seus países de origem.

Desta forma, Setúbal (1997) salienta que no Brasil, além dos serviços bancários tradicionais, como recebimento de depósitos, concessões de empréstimos e aplicações financeiras, os bancos prestam volumosos serviços de pagamentos e recebimentos. Para exemplificar, gostaria de mencionar as quantidades anuais de alguns destes serviços: 269 milhões de guias arrecadadas de impostos e taxas municipais, estaduais e federais; 844 milhões de contas de serviços públicos recebidas; 295 milhões de recebimentos de contribuições e pagamentos de benefícios da Previdência Social.

A esses 1 bilhão 408 milhões de operações, somam-se os recebimentos de prestações de consórcios, carnês e assemelhados, cartões de crédito e uma infinidade de outros serviços, com destaque para a compensação nacional de cheques.

A automação permitiu eliminar a interferência direta do trabalhador em uma série de tarefas que compõem o processo de trabalho bancário. Os investimentos das empresas nesta área têm sido contínuos e crescentes, prometendo ampliar ainda mais os almejados ganhos de produtividade. Para se ter uma idéia do espaço que ainda há para se ocupar nesta matéria, basta pensar nos dados de uma pesquisa recente da Consultoria McKinsey, feita pôr DEL CARO, 1998. De acordo com a pesquisa, enquanto nos bancos holandeses, líderes mundiais em produtividade, as transações não-eletrônicas correspondiam, em 1994, a apenas 12% do total, no Brasil, elas ainda representavam 81%.

A tabela a seguir demonstra a relação das transações eletrônicas e não eletrônicas em alguns países com a comparação no grau de inserção do Brasil até 1994.

TABELA 9: "Mix" de pagamentos por país – Bancos de varejo, 1994.

Mix pagtos	HOLANDA	EUA	COREIA	BRASIL
Transações eletrônicas	88	29	28	19
Transações não eletrônicas	12	71	72	81
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Elaboração (DEL CARO, 1998).

Por este quadro, é indicada a possibilidade de aumento da produtividade, em função do menor custo unitário de uma operação efetuada eletronicamente comparativamente a operações efetuadas com a participação direta do corpo funcional. Isto pode explicar, portanto, a ênfase dos bancos nacionais em relação à promoção do auto-atendimento, além do forte incentivo pelo pagamento via débito automático.

Conforme dados divulgados no 3º Congresso Internacional dos Serviços Bancários (CISB), promovido pela Febraban, o custo médio por transação é bastante distinto se efetuado por meio eletrônico e/ou por profissionais bancários. O custo médio efetuado na agência está em torno de R\$ 1,08, por auto-atendimento em R\$ 0,54, e pela internet em torno de R\$ 0,13. Este elevado diferencial de custo indica como o setor financeiro dará ênfase nas transações eletrônicas em detrimento das operações efetuadas, por exemplo, diretamente nos caixas nas agências (Sese, 1997:6).

#### **4.6. O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DO BESC**

A discussão sobre o sistema de instituições financeiras estaduais públicas tem ocupado lugar de destaque na agenda política brasileira há praticamente uma década.

De acordo com Minella (2001)<sup>46</sup>, uma das principais transformações que o sistema financeiro nacional vem sofrendo nos últimos anos consiste no processo de privatização dos bancos estaduais, resultado de uma deliberada política do governo cujo propósito é reduzir ao mínimo ou até eliminar a presença de instituições financeiras de controle estatal.

A proposta de privatização do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) não é nova. Em dezembro de 1988, logo após a traumática experiência de dezoito meses de intervenção pelo Banco Central, o governo apresentou à sociedade a proposta de vender o banco. Mas algumas prefeituras, empregados, organizações sindicais de várias categorias e autoridades de cada município manifestaram-se veementemente contra a idéia. DIEESE (1997b).

---

<sup>46</sup> In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. **A Trama da Privatização**, A Reestruturação Neoliberal do Estado. Organização Alceu Conceição Ferreira, Valdir Avim. Florianópolis: Insular 2001.

Neste período, pode-se refletir sobre o artigo publicado no Jornal O Estado, edição de 09/04/1999.

“A grande e única verdade é que, após a desastrosa gestão dos anos 83/86, que levou o BESC a sofrer intervenção do Banco Central em fevereiro de 1987, sob o nome de Regime Especial de Administração Temporária (RAET), o Banco adotou uma postura de administração baseada em critérios eminentemente profissionais. O resultado das ações, todas levadas a efeito no Governo Pedro Ivo, possibilitaram a suspensão do Regime Especial de Administração Temporária e o revigoramento do BESC, que pode prosseguir rumo à modernização, tornando-se o que é hoje: ferramenta indispensável para a realização de negócios em todo o Estado, tanto de pessoas jurídicas quanto de pessoas físicas”.

Também pode-se afirmar com precisão que a mídia tem papel de destaque no processo de federalização/privatização do BESC, que, segundo Aguiar (2001)<sup>47</sup>, o papel dos grandes monopólios da mídia em Santa Catarina, que pode ter contribuído para o processo “federalização/privatização” do BESC, em especial o trabalho do grupo RBS, (...), considerando que este grupo sempre defendeu a política econômica da administração Amim e do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Ainda segundo Minella (2001)<sup>48</sup>, o caso BESC parece bem emblemático de uma etapa mais agressiva do processo de privatização dos bancos estaduais na medida em que, aos argumentos mais comuns utilizados para a privatização, como: por exemplo, a “ineficiência” e a utilização política dos bancos estaduais, foi necessário agregar uma estratégia deliberada de paralisação de operações, de manipulação de documentos e operações contábeis, além de veicular informações junto à opinião pública para criar uma situação desfavorável ao banco e justificar sua federalização.

<sup>47</sup> In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. *A Trama da Privatização*, A Reestruturação Neoliberal do Estado. Organização Alceu Conceição Ferreira, Valdir Avim. Florianópolis: Insular 2001

<sup>48</sup> In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. *A Trama da Privatização*, A Reestruturação Neoliberal do Estado. Organização Alceu Conceição Ferreira, Valdir Avim. Florianópolis: Insular 2001



Outro fato que merece destaque encontra-se também no Jornal O Estado, edição de 09/04/1999.

“Por quê o Banco Central reconheceu como verdadeiro e, por isto mesmo, homologou o balanço apresentado pelo BESC em 31 de junho de 1998, do qual constam resultados favoráveis, e com base nestes dados faz uma leitura contábil diferente da interpretação dada aos balanços de outros bancos, uma vez mais prejudicando o BESC? Por quê o Banco Central, após considerar digna e confiável a auditoria que lastreou a celebração de contrato entre o Estado e a União, idêntico ao realizado para fortalecimento e reestruturação de bancos em vários outros Estados, refuta os seus próprios números, novamente para penalizar o BESC? Por quê, enquanto admite corretamente para as demais instituições financeiras que os valores do Fundo de Compensação (FCVS) são débitos do Governo Federal, quer o Banco Central que, no caso do BESC, o mesmo crédito junto à União seja contabilizado como prejuízo? O Governo Federal é que deve ao nosso Banco, e não o contrário, como quer fazer crer o Banco Central”.

Neste caso, pode-se refletir sobre Nunes (2001)<sup>49</sup>, ao dizer que as políticas de privatização estão inseridas no contexto da liberalização preconizada pelo Consenso de Washington no final de 1989. Deste modo, quando o governo FHC busca recursos do FMI, do Banco Mundial (BIRD), recebe, em contrapartida, orientações, metas determinadas para a redução do “tamanho do Estado”. É relevante destacar que o governo concorda e assina embaixo dessa política. Neste ponto aparece uma contradição, pois do ponto de vista da cultura eleitoreira tradicional, a privatização pode significar a perda de um poderoso cabo eleitoral.

Neste contexto, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os fatos que surgiram devido a tantas informações desencontradas e possíveis atos fraudulentos.

Esta CPI se deparou com fatos contraditórios e com diversas irregularidades, tanto nas declarações dos dirigentes do banco, como no cumprimento de datas para publicação de balanço, bem como nos documentos entregues para a CPI às vésperas do prazo legal,

---

<sup>49</sup> In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. **A Trama da Privatização**, A Reestruturação Neoliberal do Estado. Organização Alceu Conceição Ferreira, Valdir Avim. Florianópolis: Insular 2001

inviabilizando a análise dos documentos por parte dos seus integrantes. Para melhor compreensão, ver Minella (2001: 61- 67).

“Para a CPI, é inaceitável que o atual governo e administradores do BESC aceitem passivamente a transferência de novos ônus ao Tesouro Estadual e demais acionistas, por ajustes a débitos da própria União, com inequívoco abuso de poder político e econômico” (CPI/BESC: 127, apud Minella (2001)<sup>50</sup>.

O BESC ainda não foi privatizado, mas já vive uma administração federal, e está somente esperando as decisões internas que viabilizem sua privatização. Um fato que pode ilustrar o processo de privatização do BESC encontra-se no Jornal Diário Catarinense, edição de 31/01/02, que está no ANEXO 1.

---

<sup>50</sup> In: FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. **A Trama da Privatização**, A Reestruturação Neoliberal do Estado. Organização Alceu Conceição Ferreira, Valdir Avim. Florianópolis: Insular 2001

## 5. CONCLUSÃO

O processo de reestruturação dos bancos no Brasil ainda está em andamento, ou seja, a estabilidade econômica do país não se apresenta definida. Os acontecimentos recentes, tanto na economia mundial como na da América Latina (vide caso Argentino), fazem crer que a questão ainda terá desdobramentos de diversas ordens.

Outro fator que vem ao encontro do estudo aqui proposto, verifica-se no dia 08.02.2002, quando o jornal Folha de São Paulo traz o edital de privatização do BESC, dentro da política já constatada neste trabalho, que mostra ser de interesse do governo a extinção dos bancos públicos, seja por privatização, liquidação, fusão, transformação em bancos de fomento e outras.

Acerca do passado recente, pode-se afirmar que o emprego bancário brasileiro passou por três fases em diferentes períodos nestes últimos anos após a globalização da economia.

O primeiro período foi na implantação do Plano Cruzado (1986), em que, pela primeira vez, os bancos não mais dispunham receitas dos *floatings*, e inicia-se o processo de investimentos em tecnologia bancária, já com características clássicas da globalização, como, por exemplo: automação bancária, busca da competitividade e redução de postos de trabalho.

O segundo momento foi durante política econômica imposta pelo governo Collor (1991), até o início do Plano Real. Neste período, a busca da competitividade e qualidade, aliadas à nova queda da inflação imposta pelos planos de estabilização como: confisco dos ativos financeiros e alteração nas regras do *over*, foram os fatores determinantes na redução dos postos de trabalho da categoria.

Por fim, a terceira onda de redução dos postos de trabalho tem início com o Plano Real e se prolonga até os dias atuais. Aqui mesmo em Santa Catarina, o processo de privatização do BESC tem em seu conteúdo uma proposta de demissão incentivada, denominada de Plano de Demissão Incentivada (PDI), que traz, no seu bojo, a intenção de reduzir o quadro de pessoal (bancários) em aproximadamente quatro mil postos de trabalho. Este PDI possui

semelhança com o fato relatado no capítulo IV, item 4.1 parágrafo 3º. Na qual, se não for atingida a meta de redução de postos de trabalho, o banco adotará critérios próprios para atingir seu objetivo.

A redução do emprego bancário nacional e sua ligação com a globalização tornam-se perceptíveis ao serem observadas as mudanças comportamentais das políticas econômicas do Estado e a visão dos empresários do setor, quando percebe-se a substituição dos fatores de produção e uma crescente desnacionalização do sistema financeiro nacional, com uma grande marca, que é a concentração do sistema bancário cada vez maior e mais internacionalizado.

Assim, pode-se dizer que isto tudo é inerente à globalização, mundo sem fronteiras, aumento da produtividade, competitividade, internacionalização financeira, substituição do homem pela máquina, concentração de capital, fusões, aquisições e exploração da mão-de-obra. Tornando-se notório que, diante de tantas mudanças, o fator desemprego tende a ser um problema não resolvido e que assolará as economias globais por um período ainda desconhecido.

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, C. R e MARTINS, I. G. **Comentários à Constituição do Brasil**. v 7. Rio de Janeiro. Ed. Saraiva, 1990.
- CARVALHO, C. E., **Bancos e inflação no Brasil: Comentários depois do Plano Real**. São Paulo. IESP-FUNDAP, 1996.
- CINTRA, Marcos. A. e FREITAS, Penido. **O processo recente de concentração financeira nos principais países desenvolvidos**. In: Indicadores IESP, nº 65, março/abril de 1998.
- COSTA, F. N. **Bancos: da repressão à liberalização**, Revista Econômica Empresa, São Paulo, v2, nº 1, 1995.
- COSTA, F. N. **Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista**. 2º ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1999.
- DEL CARO, Luciana. **Bancos prevêem investir R\$ 2 bi em automação**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 22/06/98b.
- DIEESE, **O desemprego e as políticas de emprego e renda**, DIEESE, nº 10, (1994a), São Paulo.
- \_\_\_\_\_. **Terceirização e reestruturação produtiva do setor bancário no Brasil**. Estudos setoriais nº 2, Vitória, (1994b), Subseção SEEB-Espírito Santo.
- \_\_\_\_\_. **Automação nas agências bancárias em cidades de porte médio: o caso de Juiz de Fora**. São Paulo, Estudos Setoriais DIEESE, nº. 5, junho 95.
- \_\_\_\_\_. **Evolução do emprego bancário na cidade de S P. São Paulo: 1991 a. 1995**, São Paulo, (1996a), DIEESE – Subseção SESE/SEEB-SP.
- \_\_\_\_\_. **O impacto das fusões e incorporações sobre o trabalho bancário**, São Paulo, (1996b), Subseção CNB/CUT.

\_\_\_\_\_. **Mudanças no perfil da categoria bancária: ocupação, gênero, escolaridade e faixa etária (1986-1994)**, São Paulo, (1997a) DIEESE- Subseção SESE/SEEB-SP.

\_\_\_\_\_. **Desempenho e Reestruturação dos Bancos após o Plano Real**. São Paulo, (1997b), DIEESE- Subseções CNB-CUT e SEEB-CTBA.

\_\_\_\_\_. **Consequências da reestruturação produtiva dos bancos sobre os bancários**, Rio de Janeiro. 1997c, Subseção SEEB-RJ.

\_\_\_\_\_. **A globalização da economia e a informatização do sistema financeiro**, DIEESE, nº 5, Brasília, (1997e), DIEESE- Subseção FENAE.

\_\_\_\_\_. **Evolução recente do emprego bancário no Brasil**, linha dos bancários, Subseção SEEB-BH, Belo Horizonte, julho de 1998.

\_\_\_\_\_. **Bancos e finanças no Brasil: Reestruturação e tendências**. São Paulo, boletim 213, maio/junho de 1999.

\_\_\_\_\_. **Os rostos dos bancários**. Mapa de gênero e raça do setor bancário brasileiro. CNB. CUT. Maio de 2001.

FEBRABAN – **Dados gerais do sistema bancário**, (1997a).

FERREIRA, A. C. e ALVIM, V. **A Trama da Privatização, A Reestruturação Neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular 2001.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro, produtos e serviços**, Rio de Janeiro: ed. Qualitymark, 1995.

FRANCO, Gustavo. **Instituições estrangeiras e crise bancária**, O estado de São Paulo. 19 de março de 2000.

IPT – **Automação bancária**, Panorama Setorial 1996, São Paulo, ed, Gazeta

Mercantil.

JKINGS, N. **O Mister de Fazer Dinheiro: automação e subjetividade no trabalho bancário**. São Paulo, boitempo, 1995.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas 1992.

MADI, Maria Alejandra Caporale . **Inovações financeiras e automação bancária no Brasil**, Revista Economia de Empresa, São Paulo, v.2, nº.1, p. 21-30, jan./mar. 1995.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. **Dinâmica da Firma Bancária em Alta Inflação**. Revista de Economia política, v 17, nº 1, p 136 a 141, jan./mar.1997.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: 1.ed. Bointempo, 2001.

QUEIROZ, C. A. R. S., **Manual de terceirização**,ed. Global, 1995.

RODRIGUES, A.C. **O Emprego Bancário no Brasil e a Dinâmica Setorial (1990-97)**. São Paulo: PUC, 1998. 196 p. Tese (Mestrado em Economia). – Universidade Pontifícia Católica, 1998.

ROUSSAKIS, Emmanuel N. **Transações bancárias: origem e evolução**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 45-53, out./dez. 1997.

SANTOS, Theotonio. **A economia mundial em transformação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

SESE- **Estudo de caso** – Pacotes de produtos e serviços, pesquisa tarifas bancarias, SESE/SEEB-SP, 1997.

SETÚBAL, R. E. Abertura do III Congresso Internacional de Serviços Bancários,

boletim 1997, São Paulo.

SILVA, Antonio Mauri, **Bancários e Desemprego**, Flexibilização no Trabalho e Estratégias Sindicais, Florianópolis: UFSC, 1999. 162p. Tese (mestrado em Sociologia Política). - Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

ZEBRAL FILHO, Silvério Teles Baeta, **Globalização, desemprego e desigualdade: Evidências, mitos e desafios do mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Crub, 1997.



## ANEXO I

Artigo publicado no jornal Diário Catarinense, edição de 31/01/02.

## **ANEXO I**

### **Besc lança ultimato a empregados**

#### **Comunicado da instituição fixa 8 de fevereiro como o último dia para a adesão ao PDI**

Em comunicado eletrônico dirigido a todos os empregados do Besc, ontem, a diretoria-executiva da instituição estipulou o dia 8 de fevereiro como data-limite para a formalização dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), pelos sindicatos dos bancários, para a implementação do Programa de Dispensa Incentivada (PDI).

No mesmo comunicado, a diretoria afirma que, para as bases sindicais cujos sindicatos formalizarem o ACT até o dia 8, será implementado o PDI. Para as bases que não formalizarem o ACT na data estipulada, o PDI não será implementado.

Essa decisão foi tomada durante reunião com o Banco Central (BC) do Brasil, gestor do processo de privatização do Besc, da qual participaram o presidente do Besc, Luiz Carlos de Brito Lourenço, e o diretor de Planejamento, João Carlos Zaniolo Costa, além da empresa Deloitte Touche Thomatsu, responsável pelo serviço B (modelagem e avaliação econômico-financeira).

A medida foi justificada pela diretoria do banco afirmando que, depois de quase dois meses do envio do regulamento do PDI à Federação dos Bancários no Estado e ao Sindicato de Florianópolis, nenhuma ação concreta foi formalizada por parte dos representantes dos empregados.

“Não é possível aguardar indefinidamente pela concordância dos sindicatos, até porque o processo de avaliação do banco tem que levar em consideração a existência ou não do PDI, com as implicações respectivas

sobre o plano de benefícios da Fusesc, dentre outros aspectos importantes”, disse a diretoria.

Segundo os diretores do banco, a formalização do Acordo Coletivo de Trabalho é indispensável para dar segurança jurídica ao plano de demissões e garantir aos empregados as condições estabelecidas no acordo, mesmo após a privatização do Besc, prevista para abril. É para garantir que a venda aconteça sem atrasos que a diretoria estabeleceu o prazo para adesões.

A diretoria disse ainda que os empregados interessados no PDI devem procurar seus representantes sindicais para discutir e deliberar a formalização do ACT, “condição para a implementação do programa”. Segundo o banco, alguns funcionários querem aderir ao plano, mas não conseguem porque o sindicato se recusa a assinar os acordos.

A diretoria comunicou também que, tendo em vista o prazo estabelecido, estará disponibilizando meios para viabilizar a formalização de tantos ACT's quantos forem firmados, bem como buscará agendar reuniões com representações sindicais, no decorrer desta semana.

## **Sindicato diz que não assinará os acordos**

SIMONE KAFRUNI

O Sindicato dos Bancários de Florianópolis não aceita pressão da diretoria e diz que não fará acordo. A afirmação é do diretor do sindicato, João Batista Nunes, coordenador da Executiva Nacional dos Empregados do Besc.

Nunes explicou que a pressão é da diretoria, que quer privatizar o banco o quanto antes e demitir os funcionários. “O desespero é deles, não nosso”, afirmou. Conforme ele, não é papel dos sindicatos fazer acordos para demitir funcionários. “O comunicado da diretoria deixa claro que o acordo é indispensável porque livra o banco de processos jurídicos e nós não vamos tirar o direito dos empregados de recorrer à Justiça caso se sintam lesados”, disse.

Nunes afirmou que o Besc pode homologar o PDI através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e só não o faz porque isso não livraria a instituição de futuros processos trabalhistas. “Por isso, eles pressionam o sindicato para este acordo absurdo”, disse.

Nunes também afirmou que não existem funcionários, que por motivos pessoais estariam querendo aderir ao PDI, pressionando os sindicatos para fazer os acordos. “A diretoria quer colocar funcionários contra os sindicatos, mas não está conseguindo”, destacou.

O prazo estabelecido não assusta os sindicalistas. “Quem estabelece prazo é o banco, que quer se ver livre dos funcionários”.

(Artigo publicado no jornal Diário Catarinense, edição de 31/01/02)